

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 08-4-2019.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 051/19 (Processo nº 0045/19), de autoria de Aldacir Oliboni; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 149/18 e 033/19 (Processos nºs 1326/18 e 0060/19, respectivamente), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 116 e 192/18 (Processos nºs 1262 e 1410/18, respectivamente), de autoria de Moisés Barboza. Também, foi apregoado o Ofício nº 285/19, de Gustavo Bohrer Paim, Prefeito em exercício, comunicando que se ausentaria do Município do dia cinco ao dia sete de abril do corrente, a fim de participar de reunião do Conselho de Administração da Rede Metrópolis, em Montevideu, Uruguai. Foi apregoado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia oito ao dia doze de abril do corrente, tendo o Presidente declarado empossado, em substituição, pelo mesmo período, Gilson Padeiro, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. A seguir, por solicitação de João Carlos Nedel, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a João Trevisan. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Comissário Rafão Oliveira, Roberto Robaina, Cláudio Conceição, Idenir Cecchim, Karen Santos e Márcio Bins Ely. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se João Carlos Nedel e José Freitas. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Engº Comassetto, deferidos pela Presidente, solicitando desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/05, dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 070/08 e 185/11 e dos Projetos de Resolução nºs 028 e 032/13 (Processos nºs 0113/05, 2212/08, 3549/11, 2364 e 2504/13, respectivamente). Foi aprovado Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/13 (Processo nº 2014/13). Foi apregoado o Ofício nº 194/19, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/16 (Processo nº 2806/16). Foi aprovada a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 017/16. Às quinze horas e quarenta e um minutos,

constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, por doze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Engº Comassetto, Cláudio Janta, Ricardo Gomes, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, este com Declaração de Voto, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, por nove votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Adeli Sell, Mauro Zacher e Karen Santos, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, por vinte e quatro votos SIM, dois votos NÃO e seis ABSTENÇÕES, após ser encaminhada à votação por André Carús, Moisés Barboza, Adeli Sell, João Bosco Vaz, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Cassio Trogildo e Cassiá Carpes, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes, votado Não João Bosco Vaz e Karen Santos e optado pela Abstenção Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em face da aprovação da Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, o Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 15. Por solicitação de Marcelo Sgarbossa e Ricardo Gomes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Osvaldo Ferreira dos Reis e a Vinícius Cervo. Foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 041/19 (Processo nº 0078/19, de autoria de Mauro Pinheiro). Durante a sessão, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Roberto Robaina,

Ricardo Gomes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Marcelo Sgarbossa, André Carús e Karen Santos manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Cristiano Braatz, Presidente da Câmara Municipal de Montenegro – RS –, e de Alexis Fonteyne, deputado federal. Às dezoito horas e quinze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Ricardo Gomes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Alvoni Medina, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 8 a 12 de abril de 2019. A Mesa declara empossado o Ver. Gilson Padeiro, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. João Trevisan.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Alvoni, demais vereadores e vereadoras, público que está aqui hoje acompanhando os nossos trabalhos, TVCâmara, venho aqui hoje para falar um pouco do projeto que logo mais estaremos votando, que é o da concessão de parques e praças no Município de Porto Alegre. Quero dizer que é incrível a forma como a oposição, Ver Moisés, consegue distorcer um projeto e passa para as pessoas, criando uma sensação de terrorismo, como se todos os parques e praças de Porto Alegre, a partir da aprovação desse projeto, fossem ser fechados e cobrados ingressos, que ninguém mais poderia entrar nas praças e parques da cidade de Porto Alegre. É um verdadeiro terrorismo que se cria, dizendo para as pessoas que a concessão de parques e praças vai ser a privatização desses parques e praças, quando nós sabemos que privatização e concessão são coisas totalmente diferentes. A privatização é a venda de algo – poderia até ser a venda do parque, a venda da praça –, e, a partir da venda, da privatização de uma empresa, ela deixa de ser do Município, deixa de ser pública e passa a ter um dono privado. Não é isso que nós estamos discutindo, não é isso que vamos votar. Nós estamos votando a concessão de parques e praças. O que é isso? A concessão é que uma entidade, uma pessoa jurídica ou uma pessoa física vai, a partir daquele momento, utilizar aquele espaço, pela concessão do

Município, para que cuide desse espaço, para que mantenha esse espaço. No projeto de lei, isso é bastante claro; inclusive, para deixar mais claro ainda, tem uma emenda do Ver. Moisés que diz que não poderá ser cobrado ingresso em nenhuma hipótese para entrada das pessoas nos parques e nas praças de Porto Alegre. Então, é exatamente isso que está escrito no projeto. Eu queria deixar, como exemplo, o Central Park, nos Estados Unidos, uma das principais cidades do mundo; no país mais poderoso do mundo, em Nova Iorque, existe concessão do Central Park, nos mesmos moldes.

Nós não podemos ir pelos caranguejos que ficam puxando Porto Alegre para baixo. Eu quero comparar Porto Alegre com Nova Iorque, quero que Porto Alegre seja uma cidade em nível de Nova Iorque, em nível de Paris, em nível das melhores cidades do mundo. É para isso que eu estou aqui e trabalho pela minha Cidade, para que a minha Cidade seja comparada com as melhores. Não quero que a minha Cidade seja comparada com a Venezuela; quero que Porto Alegre seja comparada com Nova Iorque, que eu consiga ter uma cidade como Nova Iorque. Hoje, o Central Park...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, gostaria que meu tempo fosse assegurado, gostaria de poder falar, ser escutado pelos caranguejos.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Por gentileza, pessoal, deixem o vereador se expressar; depois que o vereador se expressar, vocês podem se manifestar. Obrigado pela atenção.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Como estava falando, Ver. Alvoní Medina, a grande maioria dos custos do Central Park é absorvida por empresas privadas. Ver. Alvoní, vou ficar aqui quantas horas for preciso até que a minha palavra seja assegurada. Pessoas que não querem escutar a verdade preferem dizer que estamos privatizando parques em vez de melhorar as condições dos parques para a população de Porto Alegre.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Por gentileza, pessoal, deixem o vereador se expressar. Depois que ele terminar, vocês podem se manifestar. Vamos respeitar. Por gentileza. Agradeço o carinho das senhoras e dos senhores.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Por gentileza, senhoras, há um orador na tribuna, deixem o vereador falar, depois vocês podem se expressar. Obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Valter, eu tive a oportunidade, nem todos podem ter a oportunidade de visitar o Central Park, nos Estados Unidos, em Nova Iorque, mas eu gostaria que os parques de Porto Alegre tivessem as mesmas condições. Por isso vou votar favorável a esse projeto. No Central Park, nos Estados Unidos, há várias concessões que pessoas do mundo inteiro utilizam; elas viajam para os Estados Unidos para conhecer o Central Park, onde temos três restaurantes, um zoológico, temos várias atividades que são custeadas com o dinheiro da iniciativa privada, porque, em 1977, a população de Nova Iorque resolveu passar a concessão do Central Park à iniciativa privada, porque a cidade tinha dificuldades financeiras para deixar o parque em condições para a população. Não somos nós, de Porto Alegre, que gastamos hoje mais de R\$ 6 milhões por ano para manter os parques e as praças, que não podemos buscar recursos da iniciativa privada para melhorar as condições dos parques e praças, para os senhores e as senhoras poderem utilizar um parque em melhores condições, com mais segurança, como os melhores parques do mundo, onde há concessões.

Votarei favorável e farei todo esforço possível para a aprovação deste projeto, porque tenho certeza de que a grande maioria da população de Porto Alegre é favorável a ter um parque mais limpo, mais organizado, com mais segurança para que possam levar os seus filhos para utilizar. Aqueles que são contrários que se manifestem, mas, logo após a aprovação deste projeto, também poderão utilizar um parque melhor sem pagar entrada, sem pagar ingresso. Tenho certeza de que os mesmos que eram contra a orla do Guaíba hoje são os primeiros a usufruir o mais lindo pôr do sol do mundo, numa orla que está à disposição de todos sem pagar ingresso, sem pagar entrada. Que os nossos parques sejam que nem o nosso trecho da orla. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Alvoni Medina, presidindo os trabalhos nesta importante tarde de 8 de abril que, como todos já sabem, será uma tarde de muitos debates. Porto Alegre, a nossa capital, precisa debater, todos têm que aprender a escutar. Eu ouço as pessoas dizerem que ouvem, mas ouvir não basta! É preciso escutar e debater a perda de confiança na Cidade, o medo e o isolamento a que estão submetidas as pessoas na capital dos gaúchos. Quando isso começou? Alguns dirão: “É a planetarização do mundo que faz com que as pessoas vão aos *shopping centers*; é a globalização que faz com que as pessoas fiquem vendo Netflix em casa”. Ninguém é contra ir a shopping centers ou ver séries no Netflix, mas as pessoas

precisam do ar das praças, do ar libertador dos parques e das praças, dos locais onde possam circular livremente, caminhando, se comunicando, trocando ideias com amigos, com vizinhos, mas também um lugar de comunicação com os diferentes. É aí que a gente cresce, é aí que a gente aprende, não é no isolamento de uma cidade sitiada, de uma cidade murada, porque para aqueles que estão numa cidade murada, nos condomínios, onde tudo tem – segundo eles –, mas não tem esse ar libertador das praças e dos parques. Eles olham “ah, o pessoal lá de fora”, a quem eles não têm nenhum interesse de ficar olhando e se preocupando. A proposta desse governo é fazer com que a primeira fila seja dona, que usufrua de tudo que já tem e agora do espaço público, que é o bem de uso comum do povo! Uso comum do povo! (Palmas.) Querem mudar, em Porto Alegre, num canetaço, o Código Civil! Mas vamos nos respeitar! Podem ter maioria aqui, os senhores terão maioria, o Sr. Júnior vai festejar no Facebook, hoje ainda, mas nós responderemos com a tomada das praças, dos parques, da liberdade de circular, com os nossos piqueniques, com os nossos encontros, com a nossa comunicação viva, e não a comunicação dessas pessoas que vivem no mundo virtual, que fazem os negócios no mundo virtual. Já deram e estão dando com os burros n’água os esquemas de *bitcoin* de Porto Alegre e da região. Deram com os burros n’água porque acham que podem enganar a todos e, ao mesmo tempo, a tudo e a todos. Não nos enganarão! O povo sabe que a praça e o parque são bens de uso comum do povo e a justiça ouvirá a voz, que não cala, das ruas, dos jovens, das crianças que querem o brinquedo e querem correr nas praças e dos idosos. Porto Alegre é a cidade brasileira que tem mais idosos – o Centro Histórico já tem mais de 40% de idosos. E a gente vê as ruas esburacadas, as calçadas detonadas, e isso precisa mudar. Nós vamos fazer com que a voz do povo, que vem das ruas, das praças e dos parques, retumbe no Paço Municipal, não adianta se esconder no Facebook.

Para concluir, Porto Alegre vai enterrar o medo dos infortúnios ao reconquistar o espaço de cidadania ora usurpada, vai reconquistar o espaço público. Nós voltaremos à cena mundial com as pessoas vivas, falantes e com quem vai escutar, porque alguém nos escutará porque somos a maioria na última fila. E não é a primeira fila que vai se levantar e construir muros agora nas praças públicas. Viva Porto Alegre: a Porto Alegre da participação, a Porto Alegre da inclusão, a Porto Alegre libertadora, a Porto Alegre que sempre honrou as tradições de liberdade e democracia. Viva Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Quero registrar a presença do Ver. Cristiano Braatz, Presidente da Câmara de Montenegro. Seja bem-vindo à Câmara de Porto Alegre.

O Ver. Comissário Rafão de Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, senhoras e senhores presentes nas galerias, senhoras e senhores que estão assistindo pela TVCâmara; subo a esta tribuna para falar sobre o PLE nº 011/18, que trata da concessão dos serviços das praças e parques em Porto Alegre. Aqui foi falado em liberdade, aqui foi falado em democracia. Eu pergunto: quem aqui se sente seguro em uma praça em Porto Alegre, quem? Então, por que eu, em 27 anos como policial, recebo pessoas que foram estupradas dentro de praças públicas, roubadas, violentadas, agredidas, tiveram sua liberdade tolhida porque o governo não garante mais o teu direito de ir e vir? Essa é a verdade! Querem mais verdade, vou lhes falar: a bancada do PTB jamais apoiaria alguma medida que permitisse cobrança de entrada em qualquer espaço público, principalmente na praça, onde é o clube de lazer do cidadão. Eu venho aqui para dizer que os senhores estão sendo enganados. Como policial e vereador, tenho esse direito. Isso não é democrático, isso é uma mentira.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): O senhor está rindo porque está participando dessa mentira! É, o senhor! As senhoras sabem que nenhuma de vocês pode deixar seu neto brincar em uma praça pública, nenhuma das senhoras pode caminhar em uma praça pública em Porto Alegre. Esse projeto visa a garantir tua segurança, garantir a melhora do serviço público e uma Cidade realmente democrática. E os que sobem aqui para defender e mentir, lutaram a vida toda para cumprir, para arrebentar com a tua liberdade e arrebentar segurança. Então, não se deixem enganar: é mentira, é mentira! Eu estou falando: não há cobrança, não há privatização, há uma concessão de praça. Isso é para tua segurança e tua liberdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina; vereadores e vereadoras; pessoas que estão assistindo à sessão aqui, no plenário, e pela televisão. Ver. Rafão, sinceramente, eu acho que tem que se ler este projeto. A leitura ao projeto não é complexa, são duas páginas. Este projeto que trata dos parques e das praças é um projeto de duas páginas! E no § 3º, do art. 2º, está sintetizado praticamente todo o projeto. Esta é a lei que querem votar hoje, que diz o seguinte (Lê.): “Fica autorizada a cobrança de ingresso pela Concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos

substanciais pelo concessionário” – isso é o que querem votar, isso é, sim, cobrança de ingresso! Então, se o Ver. Rafão ler o projeto, irá ver que é disso que se trata.

O poder público quer autorizar que haja essa concessão por 35 anos. A concessão nada mais é do que uma privatização por tempo determinado e com o direito e o dever de o poder público fiscalizar a licitação correspondente a essa concessão. Mas também é, sim, o controle privado sobre o espaço público a partir de uma licitação que é feita, depois, pela Câmara de Vereadores, ou melhor, é feita depois da votação. E, como é feita depois da votação, o que nós temos dito para o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, é que não se pode dar um cheque em branco ao governo! E esse projeto de lei é um cheque em branco ao governo. (Palmas.)

E há emendas – e o governo precisa se pronunciar sobre elas – que explicitam ainda mais o que esse projeto diz: emendas como a do Ver. Mendes, que falam em cercamento, além de cobrança; emendas do Ver. Ricardo, que também é da base do governo, que falam em cobranças ainda mais categoricamente. Então, o projeto é, sim, de liquidação dos espaços públicos.

Mauro Pinheiro, quando as pessoas debocharam da comparação com Nova Iorque, é porque, de fato, Porto Alegre, como cidade, ao invés do teu desejo estar se realizando, nos três anos de governo Marchezan, Porto Alegre está piorando como nunca piorou em toda a sua história! Então, quando tu falas em Nova Iorque, as pessoas devem pensar: “Esse vereador está brincando conosco!” E eu te digo, Mauro Pinheiro: além do mais, tu falaste no programa com o Juremir sobre Nova Iorque, e Nova Iorque não é bem assim como tu disseste, tens que explicar toda a situação e a administração daquela cidade. Ali tem uma PPP, ali tem ajudas de pessoas do bairro, de gente rica que ajuda a financiar, gente de classe média que ajuda para que haja melhoria dos bancos das praças, que haja algum tipo de investimento; há um fundo, há uma administração compartilhada, onde entra a prefeitura de Nova Iorque, entram filantropos, onde entra gente de classe média, onde entra, portanto, um nível mínimo de controle da sociedade civil. Mas não há cobrança! Não há cobrança, não tem cercamento com cobrança. O projeto que vocês têm aqui prevê cobrança, e há vereadores que querem explicitar isso ainda mais! Então o que nós demandamos para que possamos discutir seriamente esse projeto, em primeiro lugar, é que haja a clarificação disto: vocês vão aprovar ou não a emenda do Ver. Mendes? Vão aprovar ou não a emenda do Ver. Ricardo? Aproveem a do Bosco, aproveem a do Oliboni! A segunda emenda, que é do Ver. Oliboni, garante, explicita – se o governo não quer deixar dúvida –, suprime o artigo que permite a cobrança do ingresso. Se vocês aprovarem a emenda do Ver. Oliboni a discussão é outra. Então, aqui tem espaço para o debate? Tem espaço para o debate. Se o governo quer ter uma melhor administração de parques e praças, o governo pode discutir isso, desde que realmente queira discutir e não queira da Câmara de Vereadores um cheque em branco para o Marchezan e o seu governo negociar com grupos empresariais daqui ou acolá o loteamento dos nossos parques e das nossas praças e ainda reduzir mais o espaço público da cidade de Porto Alegre.

Por isso que esse cheque em branco nós não vamos dar. Se o governo quisesse uma discussão séria, ele discutiria, inclusive, que delimitação de áreas tem a

ver com esses investimentos. Agora, fica o Mauro Pinheiro... Eu até entendo e respeito o Mauro Pinheiro: ele quer investimentos substanciais, e aí sim vamos ser cobrados; agora, investimentos substanciais são algo totalmente subjetivo. O que são investimentos substanciais? Nós não vamos dar cheque em branco, os vereadores não devem dar cheque em branco, porque isso significa atacar os interesses públicos do povo de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Claudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Senhores, eu estava ouvindo atentamente a fala do colega Adeli Sell, e a fala dele é por demais filosófica, romântica – essa fala do vereador me remeteu à minha infância. De verdade, sou de um tempo em que as praças de Porto Alegre eram um dos melhores lugares para se estar. Era lugar da congregação da família, era onde as crianças desfrutavam do espaço, e o Ver. Adeli falou aqui que é maravilhoso respirar o ar das praças. Mas, infelizmente, eu preciso questioná-lo: de que praça ele está falando que tem esse cheiro? Porque hoje as praças de Porto Alegre não têm esse cheiro que ele estava tentando nos arremeter. Hoje as praças de Porto Alegre têm cheiro de maconha, têm cheiro de lixo, as praças de Porto Alegre não têm mais as crianças desfrutando, as famílias! As praças de Porto Alegre viraram ponto de comércio de drogas, de traficantes – a grande maioria das praças! Eu preciso perguntar: de que praça ele está falando?

Eu queria poder mostrar um vídeo, esta semana e na outra eu estive visitando algumas praças, porque estive estudando esse projeto, precisei me apropriar desse projeto para ver se, de fato, era justo ou não. Eu não estou aqui para ser bonzinho, eu estou aqui para ser justo. O meu voto não é um voto para ser aplaudido, mas é um voto para ser coerente. Olhem só as praças de Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Isso aqui é no Morro da Cruz. Na semana passada eu estive em praças no Morro Santa Tereza. Então são realidades diferentes de que nós estamos falando. De que praças nós estamos falando? Então eu vejo, sim, que o poder público hoje não consegue mais cuidar; se não consegue, nós precisamos dar para quem pode cuidar. E esse projeto é um projeto... Mais alto. V. Exa. está segurando o meu tempo, não é?

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): Por gentileza, pessoal, depois que o vereador concluir, vocês podem falar. Obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Eu não sei a qual interesse esse grupo está representando, porque, certamente, não representa as comunidades carentes de Porto Alegre, as crianças que precisam. É justo as nossas crianças irem para as praças e os brinquedos estarem depauperados, estragados? É mais do que oportuno – e já estamos atrasados nesse processo – que as praças de Porto Alegre precisem, sim, ter o cuidado e a atenção. E a emenda do Ver. Moisés é oportuna, porque ela nos garante que não haverá cobrança de ingresso. As crianças vão poder, sim, desfrutar das praças, de equipamentos, de academia, de balanço, de todas as formas, sem cobrança de ingresso. O cuidado às praças já, já e já! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. Vejo que aqui na plateia tem bastante gente com a minha idade, sessenta e poucos anos, então eu acho que nós não podemos descuidar da nossa pressão, não podemos descuidar da hora do remédio e, principalmente, não podemos descuidar, na nossa idade, do respeito, não podemos descuidar do respeito um com o outro. Então, eu imagino que nós vamos poder conversar aqui sem nenhum problema.

Eu queria falar, aqui, nesta segunda-feira, sobre a convenção do MDB, que aconteceu no fim de semana, no auditório da Aiamu, uma convenção com a participação de todo o interior do Estado e com um compromisso do partido de não seguir a radicalização, nem de esquerda e nem de direita. Nós temos que estar na estrada, onde se anda: não se anda nem na valeta esquerda e nem na valeta direita, anda-se pelo centro da estrada. E o MDB fez esse compromisso numa convenção importante, quando foi reconduzido o deputado Alceu Moreira como Presidente. Nós fizemos e trabalhamos todos esses anos pela democracia, e não seria agora, quando o próprio partido, em nível nacional, levou um baque, merecido, porque estava junto com o PT e afundou o Brasil; então, tem que fazer um *mea culpa*, e nós fizemos isso, com muita responsabilidade.

Eu vejo aqui os queridos colegas, os vereadores Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga e Karen Santos, e eu, ontem, assistindo televisão, vi o Boulos, que foi candidato a Presidente, e vi que ele não tem nada a ver com os meus colegas da Câmara, porque ele quer que o PSOL seja um puxadinho do Lula, e eu acho que o PSOL daqui de Porto Alegre não tem nada que ver com isso, não é puxadinho do Lula. E o Boulos é puxadinho do Lula e tenta arrastar o partido para lá! Uma coisa impressionante isso. Eu não tenho nada que me meter no partido dos outros, mas apenas quis fazer essa consideração.

Também, Ver. Robaina, eu gostei muito de saber que V. Exa. entende muito do Central Park. É verdade, a iniciativa privada mantém o Central Park; além das

concessões, a iniciativa privada aporta recursos lá, bastante. Queria lhe cumprimentar pela sua coerência de chegar e contar como é que é. Porto Alegre não vai conseguir fazer isso, porque não tem os vínculos que tem lá em Nova Iorque, morando ao redor. Mas nós temos que nos preocupar, justamente, com aqueles que têm as praças lá na minha região, no Itu-Sabará, no Rubem Berta, no Sarandi – praças abandonadas, e não são de agora. Faz 20 anos que isso continua assim, porque a Prefeitura não tem condições de manter essas praças, de dar condições para que as praças sirvam à população.

(Manifestações das galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu não sei, o Ver. Conceição perguntou e eu não sei a que grupo pertence. Não precisa nem dizer, não precisa nem descobrir a que grupo pertence. Nós temos que saber quem é a favor da Cidade, quem é a favor de um partido ou quem é a favor de uma deputada ou de um vereador. Tem de ser a favor da Cidade! Eu não quero um voto de vocês que estão aí e proíbo de falarem bem de mim. Nenhum voto de vocês, por isso não adianta gritar, não adianta esbravejar, não adianta serem mal-educadas. Eu não me assusto, voto de acordo com a minha consciência e de acordo com a população de Porto Alegre, e não de acordo com meia dúzia de gatos pingados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, boa tarde público presente na Casa. Queria começar colocando que, novamente, vem para esta Casa, às pressas, sem uma discussão, nos moldes de audiência pública, com a população, um projeto de grande impacto na vida política, social, econômica das pessoas que trabalham, pagam seus impostos e dão vida para a cidade de Porto Alegre. É um projeto com teor, sim, privatista, e é um projeto que cede para a iniciativa privada o que é de responsabilidade e de direito de todos e todas. A mesma iniciativa privada que nos dois últimos anos recebeu R\$ 66 milhões de isenções de impostos por parte desta Prefeitura Tucana e privatista; a mesma iniciativa privada que tem uma dívida de R\$ 1 bilhão em impostos e ISSQN com os caixas da Prefeitura, sobretudo do setor financeiro e que não pagam as suas contas; a mesma iniciativa privada que também tem uma dívida de R\$ 700 milhões em impostos, sobretudo do setor financeiro, e que também não vem pagando suas dívidas para a população e para o caixa da Prefeitura. Então a gente percebe que o governo Marchezan planeja – isso fica explícito em quem vem se beneficiando com todas essas políticas, essas isenções e esses incentivos – salvar seus amigos empresários da crise que a gente está vivendo. É um projeto que em nada reflete uma melhora da qualidade de vida da população ou melhora

de qualidade para as praças e parques de nossa Cidade, que estão largadas, sim, por falta de investimento, por opções políticas da nossa Prefeitura e de sua base aliada aqui dentro da Câmara de Vereadores. Esse projeto é para salvar setores da crise e de nada reflete uma qualidade ou sentido da educação socioambiental, de espaço de lazer, de cuidado e de saúde que a nossa população vem reivindicando. Esse papo de que a população não tem cuidado com as praças e parques reflete também o desmonte do governo Marchezan, que, no início da sua gestão, alterou as rotinas escolares nas escolas, e um baita projeto que atua desde 1999 na rede municipal de ensino, o LIAU - Laboratório de Inteligência do Ambiente e Urbano, desenvolvido dentro das escolas, vem sendo prejudicado por essa alteração. Esse projeto é o que garante a gente ter uma conscientização no marco da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade, da educação de base, desde os nossos pequenos, desde as nossas crianças. Então dizer que a população não cuida das praças e dos parques ao mesmo tempo em que tu modificas os projetos que garantem essa conscientização e não investem um centavo na melhoria e na execução dos planos da SMAM para garantia desses espaços para mim nada mais é do que aquela receita liberal de prejudicar, precarizar ao máximo as instituições, os instrumentos públicos, para dar de bandeja para a lógica privada. Ver. Mauro Pinheiro, se o senhor acha tão importante e gosta tanto de citar os Estados Unidos e a cidade de Nova Iorque, o senhor vá para Nova Iorque. Eu mesma pego o dinheiro do meu salário, como vereadora, e pago a sua passagem para o senhor ir morar em Nova Iorque, porque lá o senhor vai ser tratado pela política do Trump, xenofóbica do jeito que é, da forma como o senhor é, um latino. Então, se o senhor acha tão importante, e como Nova Iorque e os Estados Unidos dão certo, que o senhor vá morar lá. E para o Ver. Rafão, que colocou a questão dos estupros nas praças e nos parques, o principal local de incidência de violação aos direitos das mulheres, violação sexual, violação de assédio moral, violação de violência física, está dentro dos lares dessas mulheres. Mais de 60% das ocasiões de violência registradas são dentro das casas dessas mulheres. Isso é fruto de uma política sexista, machista, que objetifica o corpo das mulheres, que nada tem a ver com o cercamento de praças e parques da nossa Cidade. Então, como um funcionário público da segurança pública, acho que carregar esses dados consigo é muito importante para ser coerente e pertinente com as coisas que fala aqui na tribuna. Era isso. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Alvoni Medina, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Venho conversar sobre um assunto que está na pauta da sessão, que é justamente o projeto de lei que visa, especialmente, a concessão de uso de praças e parques urbanos, o que nos preocupa.

Também nos preocupam aqui algumas manifestações que eu gostaria, neste momento, de contrapor de maneira fraterna, mas com argumentos que eu entendo oportunos, importantes e necessários. Primeiramente, quando o Ver. Cláudio Conceição traz aqui imagens de algumas praças que estão com os seus equipamentos estragados. Infelizmente, Ver. Conceição, eu não acredito que este projeto de lei vai resolver esse problema; eu acredito que as praças vão continuar, se não houver uma política pública prioritária de recuperação desses espaços públicos, sucateadas como estão, porque eu acredito que este projeto de lei tem nome, endereço, telefone e CPF, para algumas ações específicas, infelizmente! Inclusive, eu fui criticado porque eu li alguns trechos do projeto, na minha outra manifestação, e quero corroborar com o Ver. Robaina, porque, na realidade, nós, que lidamos com a prática legislativa, temos acesso ao texto do projeto, mas quem está nos assistindo, a população de Porto Alegre, precisa saber o que está escrito, porque o que está escrito é o que vale.

O que diz aqui o artigo 2º (Lê.): “Poderão ser objeto de concessão a integralidade de praças e parques urbanos, ou de parcela da área ou dos serviços de operação (...).Fica autorizada a cobrança de ingresso (...)”. Aí, quando eu falei aqui que um dos endereços deste projeto de lei era o Acampamento Farroupilha, disseram que eu estava mentindo. Eu acredito que este projeto de lei tem por objetivo, sim, cobrar ingresso durante os festejos do Acampamento Farroupilha. Mas como este projeto é meio guarda-chuva e não pontua para que a gente possa saber qual a sua real intenção, a gente não tem como contra-argumentar. Então, nós somos acusados de estar mentindo.

Ao mesmo tempo, quando o projeto se preocupa e classifica “investimentos substanciais pelo concessionário” como algo para justificar a cobrança, ele é vago. Nós não sabemos do que se trata, qual o quantitativo, o que efetivamente representa de investimento. Além disso: “35 anos de concessão”. Trinta e cinco anos! Isso é mais do que uma geração inteira. Provavelmente, de todos os vereadores que estão aqui, praticamente mais nenhum estará aqui a 35 anos – 35 anos é muito tempo.

Depois, vêm as preocupações do projeto. Quais são? Artigo 6º, sobre os direitos e deveres, só que só fala em direitos de quem está fazendo e assumindo a concessão; dever, praticamente não tem nenhum. Quais são os direitos? “Possibilidade de exploração de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, inclusive publicitária”, venda do espaço publicitário. (Lê.): “§ 1º Poderão ser instituídas novas receitas, além das previstas no edital”. Então qual é o dever? Aqui, só tem direitos. Renovar receita... “§ 2º Poderão ser instituídas novas receitas com vista à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro”. A preocupação é só com o equilíbrio econômico-financeiro! “§ 3º (...) regras de reajuste e revisão previstas na legislação. § 4º (...) exploração publicitária (...). Art. 7º (...) equilibrar os encargos e direitos do concessionário. (...) Art. 9º A revisão do contrato dar-se-á sempre que necessário para apurar e corrigir eventuais desequilíbrios na equação econômico-financeira.”. Quer dizer que é um projeto que está cuidando só do econômico-financeiro de quem vai receber a concessão do parque ou da praça. Então nos preocupa muito este projeto. O parágrafo único do art. 9º – porque o projeto só tem dez artigos – diz: “O edital de licitação (...) após transcorridos 12 (doze) meses (...) a realização de revisão

extraordinária (...) alterações nas condições físicas e operacionais da infraestrutura (...)”. Então, este projeto de lei nos preocupa bastante, ele não é específico, ele não é pontual. Nós não sabemos, efetivamente, qual é o equipamento específico que está se procurando designar para a concessão ou para o uso. Portanto, estamos aqui nos manifestando contrários, respeitando as opiniões dos vereadores que se manifestam diferente do nosso entendimento. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do deputado federal Alexis Fonteyne, do partido Novo, de São Paulo.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, Ver.^a Mônica Leal; vereadores e vereadoras, eu queria fazer algumas comunicações. Nós estaremos, no dia 28, realizando a terceira edição dos Caminhos de Porto Alegre. O evento Os Caminhos de Porto Alegre já está com 1.006 inscrições, vai ser um evento extremamente importante, uma caminhada de reflexão, de turismo religioso, de turismo cultural e de reconhecimento da nossa Cidade. Acontecerá no dia 28 de abril, saindo da Catedral até o Santuário Santa Rita, no Guarujá; são 21 quilômetros, mas pode fazer o que for possível.

Também ontem foi realizada a terceira etapa do Campeonato Estadual de Motonáutica na orla do nosso Guaíba. Apesar dos ventos fortes foi realizada com muito sucesso essa etapa de Motonáutica. É mais um evento do turismo náutico de Porto Alegre.

Na nossa Comissão de Finanças, essa semana, estiveram presentes os concessionários das linhas de ônibus de Porto Alegre. Conversamos sobre muitos detalhes, ficamos sabendo das dificuldades financeiras que têm cada empresa de ônibus e também as dificuldades que têm na circulação de Porto Alegre, com os corredores, as necessidades de pequenas obras, necessidades de alargamento e de duplicação de vias. Tudo isso são necessidades, mas a Prefeitura não tem recursos para executar essas obras de mobilidade urbana, importantes para a nossa Cidade. Nós vimos também algumas dificuldades que o trânsito nos oferece. Nós temos vários tipos de problemas que trancam o trânsito de Porto Alegre. Por exemplo, os contêineres de lixo, os *parklets*, as ciclovias, os contêineres de resíduos sólidos, todos retiram espaços das nossas vias públicas, trancando o trânsito e dificultando a mobilidade urbana.

Já que tenho um pouco de tempo, quero entrar no assunto das concessões dos parques. O Ver. Adeli Sell, que me antecedeu aqui, falou num assunto: perda de confiança. É muito importante que todos tenham confiança nas pessoas, nas atitudes e que não percam a confiança. Quando são divulgadas informações incorretas, as pessoas perdem a confiança, isso é extremamente importante, garantir a confiança. Então, é muito fácil ler até no dicionário o que é uma concessão e o que é uma privatização. São distâncias muito grandes.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores da plateia, por favor, peço que deixem o Ver. João Carlos Nedel fazer a sua manifestação na tribuna. Com educação, por favor!

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Então, a confiança é muito importante. O Ver. Adeli também falou aqui sobre circular livremente. Quem de sua consciência pode circular livremente em Porto Alegre sem os problemas de segurança que hoje nos afetam?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Nedel, eu vou pausar o seu tempo. Senhoras e senhores, por favor, fiquem em silêncio para o vereador concluir a sua fala. Compreendo as manifestações, mas temos que ter algo em comum, que é a educação. O vereador está falando.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): O nosso problema de segurança é muito sério e de educação também. Então....

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Já pedi uma vez, senhora. Se a senhora quiser gritar, por favor, saia do plenário e faça isso na calçada, dentro do plenário não! O Ver. João Carlos Nedel está falando, na tribuna, tem um vereador na tribuna. Por favor, mantenha-se em silêncio! Após a fala do vereador, os senhores e as senhoras podem manifestar-se. Por favor, vereador...

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Circular livremente é uma dificuldade séria em Porto Alegre. Nós temos, em Porto Alegre, mais de 600 praças e nove ou dez parques que precisam de conservação, segurança, manutenção, é uma dificuldade. A Prefeitura, realmente, não consegue, financeiramente, manter essas praças. Todos sabem como é. Eu cito ainda outra frase do nosso vereador: “Uso comum do povo”. Extremamente importante. Eu acredito que, no projeto, está escrito claramente o que vai acontecer. Vou dar um exemplo: no Parque Harmonia, está previsto fazer o parque temático do gaúcho. Nós não temos praticamente nada que fale do nosso folclore, das nossas tradições. O parque gaúcho é uma necessidade para Porto Alegre, para o turismo da nossa Cidade. Neste parque, haverá investimentos fortes. Nós

precisamos fazer esgoto, iluminação, uma série de coisas, e também uma parte de diversão. Está prevista a construção do museu do gaúcho. Numa parte, terá que se pagar ingresso, para ter retorno o investimento feito. Está prevista, por exemplo, uma roda-gigante. Para andar na roda-gigante, vai ser cobrado ingresso, isso é normal no mundo inteiro. O uso da praça será livre, é evidente.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Será livre, sim, senhora. É uma pena que muitas pessoas estão sendo induzidas ao erro. Estão sendo enganadas...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Silêncio na plateia, por favor. Tem um vereador na tribuna. Senhoras e senhores, eu vou pausar o tempo do vereador na tribuna, e, enquanto não houver silêncio, ele não voltará a falar. Isso vai demorar mais, eu garanto aos senhores e às senhoras.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Eu fico muito preocupado em enganar o povo.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Vocês vão descobrir em breve o que é ser enganado. Vão descobrir em breve. Portanto, senhoras e senhores, nós temos que avançar em Porto Alegre, não podemos permanecer nessa situação. Quantas atividades estão paralisadas por falta de recursos financeiros? Muita gente não conhece o Parque Brigada Militar em Porto Alegre, nem sabe onde fica. Pois o Parque Brigada Militar é um projeto de um vereador aqui há mais de 30 anos, e o parque está lá, sem nada acontecer, é um parque sem nenhuma utilização, está lá, bonito, todo certinho. Então, esse parque poderá ser concedido para ser feita uma oportunidade turística em Porto Alegre, mas parece que certas pessoas não querem ver Porto Alegre crescer, Porto Alegre se modernizar, ficam...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, faltam apenas alguns minutos para o Ver. Nedel concluir a sua fala e os senhores e as senhoras terão oportunidade de fazer suas manifestações. Muito obrigada.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Eu fico triste. Eu tenho algumas amigas que vieram aqui, eu agradeço a presença, é muito importante, podem vir, porque verão exatamente a verdade, e isso é importante. Eu poderia expor muitas

inverdades colocadas aqui tranquilamente, mas vou poupar meus colegas de passar vergonha diante das pessoas. Isso vai ficar muito claro.

Este projeto é moderno, é bom para a Cidade e é bom para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e público que nos assiste. Quero chamar a atenção para uma consulta pública que está acontecendo em relação à medicamentos para psoríase.

Nós levantamos essa bandeira em nível municipal, com a Frente Parlamentar da Defesa da Psoríase da qual eu participo. Estamos também criando essa frente no Estado, através da nossa deputada Fran, e também, em nível federal, através do nosso deputado federal Carlos Gomes.

Em outubro do ano passado, o Ministério da Saúde, através da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – Conitec, aprovou a incorporação de quatro medicamentos biológicos para o tratamento da psoríase no SUS.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Conforme a imagem, os quatro medicamentos são: o Adalimumabe, Ustequinumabe, Secuquinumabe e Etarnecepte. Esses são os quatro medicamentos que foram incluídos pelo Ministério da Saúde, através da Conitec, que são medicações muito importantes. Então veja o estado em que fica a pessoa que é vítima dessa doença, levando muitas vezes à morte. Vejam outros eslaides que mostra o jeito que ficam as pessoas, vejam o pé, o corpo. Olhem como fica a pessoa. Estima-se que em torno de 3% da população é vítima da psoríase! Alguns eslaides estão disponíveis no *site* e no Facebook do Psoríase Brasil, inclusive nossa amiga Gládis luta há mais de 20 anos por essa causa. Então, o Ministério da Saúde quer ouvir médicos e pacientes em uma consulta pública nº 22, relativa à proposta de atualização do protocolo da psoríase. Essa é a nossa luta, para que venha a ser atualizado esse protocolo que define principalmente a lista de medicamentos que serão fornecidos na farmácia de alto custo. Neste protocolo estão os medicamentos biológicos, por isso é muito importante a participação de médicos e pacientes nessa consulta pública. Temos lutado muito para que os medicamentos biológicos sejam disponibilizados no SUS para psoríase. Participe contribuindo na consulta pública para atualização do protocolo, ou você vai esperar para daqui a dois anos pela revisão do protocolo. Isso é muito importante. Se não for atualizado o protocolo, só daqui a dois anos! E o paciente não poder esperar, porque um paciente de psoríase em estágio

avançado, se ele for pagar a medicação, vai até R\$ 80 mil para amenizar a sua situação, porque, clinicamente, não tem cura. Esses slides estão disponíveis no Facebook da Psoríase Brasil.

O Ministério da Saúde quer ouvir médicos e pacientes, através de uma consulta pública. Então, eu quero pedir a todos que nos assistem através da TV Câmara que, sendo possível, entrem no *site* e participem dessa consulta pública, os pacientes de psoríase vão agradecer. É a consulta pública nº 22 para atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Psoríase. O SUS atualiza a cada dois anos, através da consulta pública. Então, contamos com todos, inclusive, com os que nos ouvem aqui, nesta Casa, que nos assistem, que entrem no *site* www.conitec.gov.br/consulta-publica e participem, preenchendo o formulário – peço ajuda de todos vocês. A última atualização foi feita há cinco anos. E após muita luta por parte da Psoríase Brasil, uma consulta pública está aberta para atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Psoríase, no *site* da Conitec, Ministério da Saúde. É muito importante nossa participação na consulta pública, pois, do contrário, teremos que esperar por, no mínimo, mais dois anos. Para que todos entendam, a nossa opinião na consulta pública ajudará que os pacientes tenham acesso a quatro medicações biológicas, que são as que eu mostrei inicialmente. No relatório do protocolo, os medicamentos não estão na mesma etapa de tratamento, o que deixa o médico engessado na escolha do melhor tratamento para cada paciente. Nossa opinião é que o médico tenha total liberdade de escolher qual a medicação mais indicada aos pacientes, já que cada pessoa tem as suas peculiaridades. Para participar basta acessar o *link* da Conitec.

Ressalto que a Psoríase Brasil, presidida por Gládis Lima, é o principal órgão que vem lutando por melhorias aos pacientes, e está à frente desse importante movimento. Quero chamar a atenção dos senhores que a Psoríase Brasil, hoje presidida pela Gládis, é o único órgão que luta por esses pacientes. E, normalmente, o paciente vítima de psoríase chega no médico e nem todos os médicos estão preparados para saber diferenciar se é uma simples alergia, um cobreiro ou psoríase. Então, por isso é que nós enfatizamos aqui para que todos venham participar dessa consulta pública.

Nesta semana ainda, na página do Facebook da Psoríase Brasil, estará disponível um vídeo que ensina exatamente como preencher o formulário. Então eu convido todos os vereadores e todo o público que nos assiste para participar, porque, o mais breve possível, precisam ser disponibilizados mais medicamentos para atender esse público. Agradeço pela atenção, um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando o desarquivamento do PLL nº 185/11.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando o desarquivamento do PR nº 028/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando o desarquivamento do PR nº 032/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando o desarquivamento do PLL nº 070/08.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando o desarquivamento do PLCL nº 002/05.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação do PELO nº 005/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Ofício nº 194, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, solicitando a retirada de tramitação e conseqüente arquivamento do PLCE nº 017/16.

Em votação a retirada de tramitação e o arquivamento do PLCE nº 017/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h41min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1330/18 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 011/18, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 06.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 04 e 6 a 19 e Subemenda nº 02 à Emenda nº 06;
- retiradas a Emenda nº 05 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde, sejam bem-vindos aqui na defesa das praças e parques públicos e abertos para a população de Porto Alegre. Saúdo, de modo especial, aqui, o nosso vereador suplente Lídio, e o nobre assessor da Dep. Maria do Rosário, o Leandro, que acompanha conosco essa votação. A Emenda nº 02, para vocês terem uma ideia, diz o seguinte (Lê.): “A previsão de cobrança de ingresso para o acesso a espaços públicos de lazer, como parques e praças, não comunga com o interesse público. Significaria a privatização desses espaços e o impedimento que o conjunto da população, em especial as famílias de baixa renda, teriam de acessar praças e parques na Cidade de Porto Alegre.” O que eu estou propondo é para que não se cobre ingresso, de forma nenhuma, seja com cercamento ou não, em função de outras emendas que há, porque é um espaço público para todos porto-alegrenses.

Existem outras emendas que dizem que, em cercando, há a possibilidade de cobrança; ou, se tem algum empresário que vá lá ganhar a concessão, instituindo algo de investimento, também poderá cobrar ingresso.

O que nós percebemos e que a grande maioria das praças e parques possui, sim, uma autonomia da comunidade que mora no entorno. Lá em 2001, no nosso governo, naquela ocasião o secretário da SMAM era o Gerson Almeida, ele lançou uma cartilha dos conselhos. O que é isso? A cartilha dos conselhos – faço questão de fazer a leitura inicial dessa cartilha – diz o seguinte: “A vida urbana cada vez mais exige que sejam criados espaços de lazer e recreação para a população da cidade, locais para relaxamento, convívio social e esportivo de forma gratuita. As praças e os parques, a orla do Guaíba tornaram-se, no decorrer dos anos, a alternativa natural da vida dos porto-alegrenses.” A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAM, naquela ocasião, já em 2001, órgão responsável pela manutenção desses espaços, dentro de uma visão participativa, vem buscando formas de inclusão do cidadão no processo de conservação e valorização das áreas verdes da nossa cidade. Para isso, foram criados conselhos de praças, parques e orla, com a finalidade de discutir, avaliar e buscar soluções junto com a comunidade na administração desses espaços. A SMAM, naquela ocasião, numa iniciativa inédita, proposta ao debate da reflexão sobre a necessidade da existência dos conselhos, criou em torno de cem conselhos de praças e parques, envolvendo mais de mil cidadãos, lá em 2001.

Senhoras e senhores, o que houve de novo, de lá até aqui? Algumas praças ou parques poderiam ser adotados por lei, votada nesta Casa. O que houve, tão de repente, que o governo muda? E muda de uma forma agressiva, dizendo que é concessão. Concessão por 35 anos é uma vida, quem de nós vai estar aqui, daqui a 35 anos. Daqui a 35 anos, será outro, nós vimos o mundo mudar agora, diria em menos de um, dois, três anos; a vida mudou de tal forma que tudo o que conquistamos como direito, agora, não é mais direto. Agora aquilo atrapalha. E os governos acham que aquilo tem de ser cortado para poder fazer contenção de despesa. Os governos se perderam na gestão, e, agora, estão querendo entregar as praças e os parques para aqueles que querem lucro em áreas públicas que são do povo porto-alegrense. Aqueles

que aqui votarem... E os Vereadores são eleitos pelo povo. Possivelmente, os senhores e as senhoras que estão aqui, como muitos cidadãos de Porto Alegre, que não concordam com essa lógica de entrega do que é público, é óbvio que vão se rebelar, se indignar. É um direito meu, seu e de toda a população que poderia dizer que, naquela praça, que está na frente da minha casa ou no entorno de nossas residências, tem o direito, todo mundo, de ir e vir, de entrar e sair, de utilizar, a qualquer momento, sem cobrança de ingressos. Não foi por acaso que nós apresentamos essa emenda, enquanto bancada, e pedimos a sensibilidade dos colegas vereadores para votar favoravelmente à emenda, assim demonstrando para o Prefeito e, principalmente, para o cidadão, que nós fizemos a nossa parte. Não concordamos com a entrega do que é público e queremos que eles continuem à disposição do povo de Porto Alegre, como é a orla da Guaíba, como é o Parque da Redenção, como é o Marinha, o Parcão e tantos outros parques e praças da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu já disse aqui, na semana passada, e vou repetir: é óbvio que todos nós sabemos o que é privatização e o que é concessão. Agora, quando se faz uma concessão por até 35 anos, pode virar uma privatização, porque ninguém me explica, ninguém me informa, ninguém tira minha dúvida do que quer dizer o que está escrito no projeto, que quem fizer o investimento substancial poderá ter retorno financeiro. O que é o investimento substancial, R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, R\$ 200 mil? Será que aquele que tiver a concessão, por exemplo, do Parque da Redenção, e fizer um investimento substancial, como por exemplo, uma arquibancada no campo de futebol, vai cobrar e o povo vai ter que pagar o campo para jogar, porque ele tem que recuperar o dinheiro que ele colocou na arquibancada?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Nós precisamos saber disso. Eu vou dizer que, no geral, esse projeto não é ruim, mas mal escrito. Tanto é mal escrito que apresentamos uma emenda, e gostaria que nossos colegas vereadores e vereadoras nos acompanhassem, que é a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Cláudio Janta e minha, que tira fora deste projeto as áreas esportivas. Eu não sou contrário a ter que pagar para usar o parquinho, pagar para andar no trenzinho ou para usar o café do lago; agora, pagar para usar os equipamentos esportivos, não! Daqui a pouco vai lá quem ganhou a concessão, faz uma academia maravilhosa ao ar livre e, para usarem a academia, vão precisar pagar, porque foi um investimento substancial. O Ver. Mauro Pinheiro faz com a cabeça para mim que não, mas ninguém me explica, nem o senhor, vereador, o que é

um investimento substancial. O que é isso? Lá no seu reduto eleitoral tem o campo da Vila Safira, que eu, como secretário, iluminei, cerquei, fizemos até vestiário naquele campo. Se alguém pegar aquela concessão, Ver. Mauro Pinheiro, e construir mais vestiários, ele poderá cobrar para usar? É óbvio que ele vai querer cobrar para tirar o investimento feito. Então, isso aí não está claro. Se não quisermos correr esse risco, vamos dar acordo a essa Emenda nº 09, que retira as áreas esportivas; senão, há risco de acontecer. Eu não estou fazendo aqui um contraponto ideológico, eu não estou fazendo aqui um contraponto partidário; eu estou fazendo um contraponto de mérito, de quem já foi secretário. Por exemplo, o Ver. Conceição apresentou aqui várias praças que não têm condições. É verdade. Mas quando a antiga SMAM detinha uma fábrica de brinquedos e um departamento apenas para cuidar das praças e parques, as praças e os parques não estavam nessa condição. O que aconteceu agora, neste governo? Essa fabriqueta, da antiga SMAM, de brinquedos, de manutenção de praças e parques não está mais na SMAM, foi para a SMURB. Lá na SME, nós também tínhamos uma fábrica de goleira de futebol, de tabela de basquete, foram parar aonde? Aonde foi parar isso? Então, é por isso que determinadas praças não têm condições.

Encerrando, Sra. Presidente, vou repetir: o projeto não é de todo ruim, mas está mal escrito. Nós vamos aprovar as emendas para tentar melhorar esse projeto e vamos dar acordo, Ver. Moisés – o senhor, que joga na várzea, que é do Agro Santos, campeão municipal mais de uma vez –, vamos dar acordo nessa Emenda nº 09, para que seus colegas, quando forem jogar, por exemplo, e tiver as melhorias no campo, que não precisem pagar para jogar.

Quero saudar aqui a presença do professor José Edgar Meurer, Presidente do Conselho Regional de Educação Física, ex-secretário de esportes, que está conosco nessa luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng.º Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR ENG.º COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente, Ver.ª Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, primeiro quero cumprimentar cada um e cada uma que está aqui e dizer, com muita tranquilidade, que esta é a Casa do Povo e aqui é o lugar de estar para acompanhar o debate e a contradição. Portanto, ninguém está autorizado, desde que tenhamos essa relação democrática, a dizer que vocês não podem estar aqui, muito menos chamá-los de caranguejo. Caranguejo não anda para trás; todos os crustáceos andam para o lado! Então, já tem uma segunda contradição, e eu creio que é desrespeitoso esse tratamento com as senhoras e os senhores.

Ver. João Carlos Nedel, Ver. Comissário e demais que vieram aqui dizer que o projeto diz que não vai cobrar e que quem está falando o contrário está mentindo; eu vou ler o que está escrito no projeto e num conjunto emendas. No artigo 2º, § 3º está

escrito o seguinte (Lê.): “Fica autorizada a cobrança de ingresso pela Concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos substanciais pelo concessionário”. E há uma emenda que permite que todas as praças e parques sejam cercados. Bom, foi cercado, permite a cobrança! Quem está falando a verdade aqui é quem contesta o que está escrito ou quem nega o que está escrito?

Vamos adiante. Os colegas vereadores Ricardo Gomes, que se diz liberal, e Mendes Ribeiro fazem duas emendas. Em relação à Emenda nº 13, do Ver. Ricardo Gomes, que é da base do governo, o colunista Juremir Machado fez uma crítica no final de semana que vou transcrever: ele transforma parques e praças em salões de festas privados! A emenda diz o seguinte: “Poderá o concessionário, nos termos do edital ou mediante autorização do órgão competente da Administração Municipal realizar o fechamento total ou parcial da praça ou parque, a fim de realizar eventos, inclusive com exploração comercial de sua realização”. O nosso colega Mendes Ribeiro disse o seguinte: pode fechar em tempo integral. O Gomes põe uma cerca, cobra ingresso; e o Mendes diz que pode ser em tempo integral. Isso é ou não é privatização total de um espaço público? É isso o que estamos discutindo. Aí, meu amigo Ricardo Gomes, que se diz liberal, eu quero lhe dizer o seguinte: os três “johns” – o John Locke, o John Mill e o John Rawls – que estabelecem o liberalismo como doutrina do público e do privado defendem que o Estado que faz a gestão pública tem que manter a cidade aberta, as praças e os parques, para convivência social. É isso! Esses são os doutrinadores do liberalismo. O senhor não está lendo; o senhor está indo contra, inclusive, o que os liberais dizem. É isso o que nós estamos discutindo aqui. Essa é a doutrina do público e do privado desses três intelectuais do liberalismo mundial.

Vamos além: como é que isso pode ficar? É isso o que nós temos que debater aqui. Vamos fazer aqui a análise da trilogia dos “johns”. Aí, vem um colega aqui me mostrar uma praça abandonada. Isso é justificativa? Não! Isso é comprovar a incompetência da gestão para administrar aquilo que é público! Não pode isso ser razão! Não pode isso ser razão para querer privatizar. Isso é incompetência da gestão pública municipal. Querem repassar os postos de saúde, dizem que não é privatização; querem repassar as praças, dizem que não é privatização; tiram os direitos do funcionalismo público para não atuarem.

Eu não entendo o que querem. Acho que o Marchezan deveria mandar um projeto para cá: a terceirização da cadeira do Paço Municipal – assim, tudo fica resolvido. Bota alguém lá que faça a gestão da Cidade, porque, se não consegue fazer a gestão, o que vamos fazer nós? É isso o que está em discussão. Quem é eleito, é eleito para resolver os problemas da Cidade, com capacidade, com diálogo, com inteligência. As senhoras e os senhores que estão aqui, que fazem a guarda dos centros sociais, foram abandonados, não têm diálogo.

Vocês fazem vaquinha, organizam, pintam, cuidam. Hoje, como é que está? Qual é o espaço que tem para vocês? Nenhum! Tudo é no sentido empresarial. Eu defendo, sim, que nós tenhamos que valorizar as empresas, mas que concluam a

reforma, que aprove os projetos do privado com rapidez, a Cidade se dará bem. Assim será muito melhor. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TV Câmara e nos escuta através da nossa Rádio Web, população presente nas galerias. O projeto falado pelos colegas, que aqui o defendem é muito bom, soa muito bem aos ouvidos das pessoas. Mas quando nós tentamos cumprir o nosso papel de legisladores e melhorar o projeto, mais ainda, ele fica ruim, porque o governo traz um projeto engessado. O governo traz um projeto dizendo: é isso ou não é nada. Vejamos o que é dito aqui: não será cobrado ingresso. Não é isso que todos falam aqui? Se não vai ser cobrado ingresso, por que não aprovar a emenda do Ver. Oliboni, que diz isso? É simples. O projeto é para ser entregue para a população de Porto Alegre; então por que vetam emendas que determinam que pessoas com deficiência terão acesso a esses parques? Que a pessoa que irá explorar esse parque terá que colocar aparelhos para as pessoas com deficiência? Por que a nossa emenda, minha e do Ver. João Bosco, que diz que o que já está instalado publicamente nesses parques continuará, não pode?

Aí o Ver. João Carlos Nedel usou os seus quinze minutos de Grande Expediente para falar em concessão pública. Falou que receberam as empresas de transportes na Comissão de Economia e que lá as empresas do transporte de Porto Alegre, que nada mais é do que uma concessão pública, foram chorar, foram lá dizer que não conseguem mais sobreviver, que não conseguem mais atender à população de Porto Alegre, que não têm dinheiro para melhorar as paradas de ônibus! Só que está lá na concessão pública que eles têm que melhorar as paradas de ônibus, está lá na concessão pública que eles têm que automatizar o sistema de transporte, e vão chorar e dizer que não podem. Será que daqui a 35 anos quem estiver administrando o parque do gaúcho vai estar aqui nesta Casa chorando e dizendo que os gaúchos não vão visitar o seu parque? Então, quer dinheiro público para ajudar no parque do gaúcho, porque esse projeto tem nome e tem endereço: é o Parque Farroupilha. O Ver. Nedel falou aqui, é bom quando o Ver. Nedel fala, porque ele fala de coração, de peito aberto. É o parque do gaúcho, e o parque do gaúcho não vai ter acessibilidade? O parque do gaúcho não vai ter espaço para as pessoas com deficiência? O parque do gaúcho não vai ter mais espaço para as pessoas pobres de Porto Alegre? Os parques de Porto Alegre continuarão, Ver. Cecchim, pelo que estou vendo aqui, já que não podem as emendas dos vereadores, a ser como são os parques da nossa vila, do Jardim Itu Sabará, Jardim Planalto, da Zona Norte: abandonados? Porque o filão está aqui, é o parque do gaúcho, o Parque Harmonia, ou é o Parque da Redenção, esse é o filão. Nós, vários vereadores, fizemos várias emendas para tentar ajudar e melhorar o projeto, porque entendemos que

do jeito que está as nossas praças não pode mais continuar. Agora, fazer o que querem, carta branca, também não. Não contem com o meu voto para carta branca. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Comassetto, quero saudar que, na Semana do Fórum da Liberdade – que hoje começa, em Porto Alegre –, depois o IEE dizer a mesma coisa por 35 anos, finalmente o PT começou a ler os autores liberais, só falta entender. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas, em especial, às pessoas que estão aqui, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre que utilizam gratuitamente as praças e parques da Cidade, os centros comunitários, o ginásio Tesourinha e tantos outros espaços que são livres para o acesso do público e assim deverão continuar; quero saudar o Lídio, nosso suplente de vereador, que está aqui; o Leandro e o Edgar Meurer, secretário da extinta secretaria municipal de esportes. Como disse o professor Eduardo, no grupo da Frente Parlamentar do Esporte e Lazer, o que está acontecendo é uma espécie de crônica anunciada. Primeiro, extingue a secretaria municipal de esportes e a torna uma diretoria; depois, a coloca junto com habitação, com assistência social, com outros temas que não têm relação direta, são muitos temas; troca de secretários, já estamos no terceiro secretário em dois anos; demora 24 meses – são subsídios do nosso colega, o professor Eduardo – para fazer a primeira compra de materiais; demora dois anos para definir um novo organograma e um fluxo diário desse departamento, que era a extinta secretaria municipal de esportes. É um processo de precarização contínua para, depois, vir um projeto como esse, que nós estamos chamando de privatização, porque entregar por 35 anos... E não adianta dizer que é “por até 35 anos”. Se é “por até”, significa que pode ser por 35 anos. Cobrar entrada e justificar porque simplesmente foram feitas obras substanciais, investimentos substanciais, sem dizer o que é investimento substancial, é lógico que justifica uma privatização.

Eu estava me dando conta de que, se você tornar a lógica da praça e do parque a mesma lógica do *shopping center*, você vai criar, no espaço público da Cidade,

um espaço que antes era de desfrute de todos, independente da classe social, do poder de compra... Isso vai migrar para uma praça ou um parque, em que será diferenciado quem puder acessar esses equipamentos e quem não puder acessar. Haverá um parquinho, por exemplo, e aqui se justifica dizendo que já existe o parquinho da Redenção, já existe o aluguel dos cisnes na Redenção, portanto, a primeira pergunta, Ver. Bosco, é se esses espaços, esses serviços, estão dentro da lei. Não precisa aprovar uma lei... Ou eles são ilegais? Eu não gostaria e não quero para o futuro e para o bem da cidade de Porto Alegre que o cidadão e a cidadã que vão com o seu filho, com a sua criança na praça e no parque, se deparem, a cada momento, com um serviço fechado e pago. Essa é a lógica do *shopping center*. Se eu vou a um *shopping center* e tem ali um serviço de recreação, se tem um parquinho ou algum tipo de serviço oferecido dentro do *shopping*, é normal que seja cobrado, é um espaço privado; mas na praça e no parque, não. Ali eu quero desfrutar com a mesma igualdade de condições de toda a população de Porto Alegre. Eu digo isso porque a emenda que nós vamos olhar na sequência, a Emenda nº 04, do Ver. Moisés, diz que ajeita o projeto, porque daí prevê que não pode cobrar para entrar, mas depois tem outras emendas que justamente dizem que podem cercar. Então, há uma contradição aí, mas, primeiro, se diz que não pode cobrar para entrar no parque, mas pode cobrar por serviços específicos. Se nós lotarmos as praças e parques de serviços específicos cobrados – e a justificativa é certa, se você oferece um serviço tem que cobrar –, nós estamos transformando o que é o ideal de uma praça e de um parque, que é justamente a fruição e a utilização por todas as classes sociais da nossa Cidade. Então é um projeto que deve ser rejeitado no todo. Se era para corrigir através de emendas, o governo deveria ter retirado esse projeto e apresentado um projeto substitutivo, redondo e sem vagueza no seu conteúdo; não faz isso, está se justificando através das emendas apresentadas, que depois nós vamos entrar no detalhe de cada uma, mas as emendas pioram, e muito, a ideia do projeto; tornam, efetivamente, um lugar cercado, um lugar de festas, um lugar para quem pode pagar. Então vamos discutir emenda por emenda. A emenda do Ver. Oliboni deve ser votada favoravelmente porque ela, justamente, restringe a cobrança que está prevista no projeto original. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, vereadores e vereadoras, eu venho à tribuna para encaminhar em nome do meu partido, o PSOL, a votação da Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que retira o § 3º do art. 2º, justamente retirando a autorização de cobrança de ingresso da concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos substanciais pelo concessionário.

A maioria dos vereadores que me antecedeu fez o destaque pró ou contra esse projeto. As posições contrárias indicaram que o termo substancial é completamente vago, deixa em aberto toda a questão financeira, toda a questão de empenho, toda a questão de contrapartidas à sociedade por conta dessa proposição, ou seja, é o cheque em branco que o Ver. Roberto Robaina anteriormente mencionou. Substancial: o que seria substancial? Eu pedi que a liderança do governo propusesse, junto ao Executivo, um melhor esclarecimento, um escalonamento de faixas de valores, uma clareza melhor para essa proposta. Não fui ouvido, não fui atendido. Pedi que pudéssemos ter mais tempo para dialogar com a população, para que nós pudéssemos colher, dos senhores e das senhoras que acompanham esta sessão na tarde de hoje, sugestões para consertar este projeto muito mal escrito. Se não me engano, esse é um dos projetos que não passou pela Procuradoria do Executivo. Ele veio do gabinete do Prefeito e caiu direto nesta Casa Legislativa. Então, é uma falta de responsabilidade propor algo tão importante e significativo sem a devida discussão, sem a devida análise por parte de população. Esse projeto não passou pela COSMAM, que é a Comissão Permanente de Saúde e Meio Ambiente; esse projeto não passou pela CECE, que é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte; passou somente pela CCJ. E a CCJ dá um parecer técnico dizendo se há óbice ou se não há óbice; não analisa mérito. Na maioria das vezes, a CCJ não dialoga com a população, não recebe o povo, não tem interlocução com as comunidades, porque ela é meramente técnica. É a mais importante, por isso todos os projetos passam por lá, mas não é a única e, portanto, não deveriam ser os membros da CCJ os únicos a se debruçarem na discussão dessa matéria. As outras comissões poderiam abrir as suas portas para receber todos os membros praticantes de atividades esportivas e usuários dos nossos parques, das nossas praças, dos nossos centros comunitários, mas isso não aconteceu. Infelizmente, temos muitas argumentações de que a Emenda nº 02 pode ser votada contrariamente porque a emenda do Ver. Moisés evitaria a cobrança; porém temos outras emendas. Esta aqui retira a autorização para cobrança, ou seja, não pode mais cobrar; simples assim: não pode mais cobrar! É por isso que a bancada do PSOL encaminha favoravelmente pela aprovação desta emenda, para manter nossas praças, nossos parques, nossos espaços, públicos e acessíveis a todo o porto-alegrense. O governo vai aos meios de comunicação para dizer que não será cobrada entrada. Provem, votem favoravelmente a esta emenda, assim vamos garantir que não será realmente cobrado; não será, porque aí não há mais autorização para cobrança, não há! Aí a gente vê se o governo está falando sério ou se o governo está mentindo mais uma vez para a população desta Cidade. Se há real intenção de não cobrar das pessoas, que votem e aprovem a Emenda nº 02. Um abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu fiquei impressionado com a argumentação profunda do Ver. Ricardo Gomes, Ver. Prof. Alex. O Ricardo Gomes é aquele tipo de vereador que, quando o governo pede para Câmara de Vereadores um cheque em branco, ele vai lá e faz emendas para preencher o cheque de tal forma que os grandes empresários fiquem seguros de que aí tem um representante deles. Isso é o Ricardo Gomes! É sempre assim, não é uma novidade. Nisso o Ricardo Gomes não pode ser acusado de incoerente, ele atua sempre assim; por isso que, na emenda que o Ricardo Gomes tem, que depois vamos votar, o Ricardo Gomes preenche o cheque – viu, Oliboni? O Ricardo Gomes preenche o cheque, sempre: “Poderá o concessionário, nos termos do edital ou mediante autorização do órgão competente da Administração Municipal realizar o fechamento total ou parcial da praça ou parque, a fim de realizar eventos, inclusive com exploração comercial de sua realização” – esse é o risco que tem no projeto do governo. E a emenda do Oliboni é muito boa e deve ser aprovada porque ele nega, justamente, o § 3º do artigo, que deixa claro que o governo, na verdade, defende de modo envergonhado o que o Ricardo Gomes prega de modo explícito, que é a privatização ou a concessão, que é a privatização por tempo determinado, porque está aqui: “Fica autorizada a cobrança de ingresso pela Concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos...”. Então, os vereadores do governo deviam vir aqui – o Conceição, o Rafão, que gostam de discursar empolgados – responder isso aqui que está escrito. Conceição, é isso que está escrito, está escrito que vão cobrar. Então, votem! Se quiser votar pelo povo, Conceição, vote com o Oliboni, que deixa claro, nesta emenda, que não terá cobrança.

Bem, a gente sabe que, infelizmente, em política os argumentos são importantes, mas não são os argumentos que decidem, são as forças dos interesses, e a força de cada classe social para defender os seus próprios interesses. E nós, nisso, como somos defensores do interesse público e não de grupos empresariais, queremos aqui defender o que é público.

Eu quero terminar fazendo uma breve observação: eu fico impressionado como os vereadores são mal-educados com o público que vêm assistir às sessões. E muitos dizem e reclamam: “Não, mas isso aqui é um público contrário ao projeto, veio para ser contra o projeto do governo. Eles estão aqui sempre para serem contra”. Eu, em dois anos aqui do governo Marchezan, nunca vi público a favor dos projetos do governo. Por que nunca vi público a favor dos projetos do governo Marchezan? Porque o governo Marchezan é antipopular, é antipovo! Então, nunca tem povo para se mobilizar a favor dos seus projetos. Porque o governo Marchezan fez um estelionato eleitoral, foi assim que ele ganhou a eleição, ele disse que não ia aumentar impostos! Faz dois anos que ele diz que, agora, a única forma de administrar Porto Alegre é aumentando IPTU. Ele disse na campanha, foi o eixo dele na campanha, se elegeu por causa disso, que não aumentaria imposto. Disse que resolveria tudo com rapidez e agilidade, andava correndo de um lado e para o outro. Não é à toa que o Marchezan agora quer R\$ 35 milhões de publicidade aumentada esse ano. É só com publicidade enganosa que ele pode ganhar a eleição, como ganhou em 2016, e agora quer um

governo também de enganação! A tal ponto que nós temos vereadores da base do governo que vêm o tempo inteiro dizer que não é verdade que vão cobrar, quando a lei diz o oposto. Então, por favor, eu peço que a imprensa noticie isso, porque não é um assunto complexo, embora sejam dez artigos e não sei quantas emendas, o que mostra que o projeto já não é bom, tem mais emendas do que artigos. Eu peço que a imprensa divulgue as duas páginas para mostrar que essa é a real intenção do governo: privatizar os parques e as praças!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18.

Senhoras e senhores, eu peço, por favor, mantenham-se em silêncio para que o vereador que está na tribuna possa fazer a sua fala.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, vamos tentar. As pessoas, quando vão ficando mais velhas, o natural seria que elas ficassem mais calmas e mais educadas. Eu acredito nisso ainda. Eu acredito. Não me façam perder essa fé nas pessoas mais velhas e educadas. Não me façam perder essa crença!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Um momentinho, vereador. Senhoras e senhores, eu peço a gentileza de ficarem em silêncio, para que o vereador que está na tribuna faça a sua manifestação. Após a fala do vereador, os senhores terão tempo para suas manifestações. Muito obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu não tenho pressa, o povo de Porto Alegre que trabalha me paga para trabalhar...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu acho...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O povo que trabalha, que está no seu emprego...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, eu pausei o seu tempo, vereador.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu nenhum momento eu falei... Não chamei ninguém de vagabundo. Eu não chamo, não sou mal-educado!

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): Ver. Idenir Cecchim, seu tempo está pausado. Senhoras e senhores, eu solicito que se mantenham em silêncio, senão eu convido os senhores a se retirarem do plenário. Tem um vereador na tribuna!

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Presidente, estão xingando o vereador de vagabundo, de sem-vergonha, isso é questão de retirar do plenário, é regimental.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu peço, por favor, que os seguranças identifiquem as pessoas que estão agredindo o vereador que está na tribuna e as convidem a sair do plenário.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Esses são os educados, que merecem educação, que o Ver. Robaina falou agora da tribuna. Um desrespeito como esse não pode ser tolerado pela Casa, isso é um desrespeito ao Parlamento Municipal. Isso é um absurdo; absurdo, tem que ter identificação e ser retirado, conforme manda o Regimento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Senhoras e senhores, o vereador está falando no microfone dos apartes, e tem um vereador na tribuna. Os senhores não entenderam ainda que é necessário educação, sobrepõe-se a siglas partidárias e a ideologias políticas. Muito obrigada.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, por favor, eu queria pedir aos colegas vereadores um pouquinho também de respeito. Sra. Vereadora, tem uma coisa, hoje em dia, que é o seguinte: “Eu quero ser tolerado, mas não quero tolerar”. Isso está errado. A gente aprende desde cedo, em casa, que, quando uma pessoa está falando, mesmo que a gente não concorde, é preciso respeitar. Bom, o respeito é uma coisa, mas agora nós fomos além do desrespeito. Tem um senhor que está ali, com a camiseta do Lula, de camiseta bordô – aquele lá...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu já identifiquei...

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu ouvi e quero pedir que a senhora interrompa a sessão, quero pedir ao Ver. Idenir que interrompa o seu pronunciamento, porque ele chamou o vereador de safado, de vagabundo e de sem-vergonha. O vereador tem um mandato popular, ele pode gostar ou não, mas o vereador é autoridade na Cidade, o vereador precisa ser respeitado, e nós estamos na casa da democracia, não é a casa da bagunça, nem a casa da mãe Joana! Então, quero pedir a V.

Exa. que faça respeitar o Regimento e que esse senhor seja conduzido para fora do plenário, porque não sabe respeitar a democracia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, nós estamos tratando de um assunto importante, tenso e que foi pouco discutido na cidade de Porto Alegre. Eu quero apelar para que a senhora faça com que a nossa sessão continue normalmente. Acho que não se pode ter esse tipo de excepcionalidade agressiva com o público que vem assistir à sessão. A Câmara de Vereadores tem um lugar no plenário para que o público possa assistir à sessão. Eu acho que é preciso, evidentemente, ter o respeito com os vereadores, não nego isso; e acho que é bom que os vereadores respeitem também o público que vem assistir à sessão. O público que vem assistir à sessão não gosta de ser chamado de vagabundo, como se não estivesse trabalhando, como se não tivesse trabalho. Então, eu acho que, restabelecendo essa regra de respeito mútuo, devemos seguir a sessão e não criar novos precedentes. Esta Casa já teve precedentes graves, inclusive quando o Ver. Valter Nagelstein era o presidente, porque, na minha opinião, foi muito ruim para a imagem da Câmara ter aqui a Polícia de Choque reprimindo jovens, mulheres, mães e crianças. Então eu peço para a senhora que siga presidindo com o seu método e não permita que a gente tumultue o plenário de Porto Alegre. Obrigado.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Presidente Mônica, acho que o Ver. Robaina, quando disse que os vereadores têm que respeitar a tribuna, se esquece que foram proferidas, nesta tribuna, na votação do projeto dos servidores, agressões contra os CCs que estavam presentes aqui no plenário e que não houve reação dessa natureza contra os que produziram esse tipo de agressão. Eu quero aqui subscrever o que disse o Ver. Valter. Eu, com meus olhos, vi aquele senhor de barba e com camiseta bordô chamar o Ver. Idenir Cecchim das palavras que o Ver. Valter narrou. O Regimento prevê a retirada e eu gostaria também de me somar nesse pedido, porque os vereadores que estão aqui têm o mandato para falar o que bem entenderem, têm proteção constitucional para o que falam, e merecem o respeito do público, porque é o respeito com a democracia. Muito obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Sra. Presidente, o importante é que a lei se cumpra. Existe um precedente aqui, aquela pessoa está ofendendo um parlamentar. O Ver. Valter, na rua, foi agredido verbalmente, quase fisicamente, então o desdobramento disso aqui nós precisamos conter. Aquele senhor precisa ser retirado para que a sessão possa seguir. Muito obrigado.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sra. Presidente, eu gostaria de me dirigir às galerias – por favor me ouçam. Nós estamos aqui diante de um vereador eleito pelo povo, que não pode, em nenhum momento...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Senhores, por favor! Os senhores fazem parte do debate, aqui é uma Casa Legislativa, aqui tem regras, este é o Poder Legislativo. Todos nós aqui devemos respeito aos senhores e devemos ser respeitados, embora tenhamos algumas divergências, mas essas divergências são democráticas. Agora, chamar um vereador de vagabundo, isso não é democrático. Esta Casa não pode permitir, como vem, há muito tempo, permitindo. Em várias discussões aqui vereadores têm sido ofendidos de forma covarde. Que se apresente quem falou! Aqui não é local de ofensa. Ver. Robaina, aqui é lugar de ordem, é lugar de disciplina, é um lugar democrático. Ninguém quer tirar no braço ou mandar a segurança tirar no braço algum cidadão, ninguém quer fazer isso; agora, que se manifestem educadamente. Olhem só, senhoras e senhores das galerias, não é no grito, não é no grito! Eu gostaria que as senhoras e os senhores pedissem desculpas ao vereador. Vereadora, tome as devidas providências, por favor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, Ver. Cecchim, nós estamos no Parlamento, é uma discussão acalorada, há aqui uma reclamação. Sabemos que é uma discussão acalorada, Ver. Cecchim, o senhor, da tribuna, é alguém que se posiciona fortemente, não estou aqui concordando nem discordando, não entro no mérito da sua discussão, mas a questão é que, quando um vereador ocupa a tribuna e quando há presença de público – como é o caso desta tarde –, o vereador pode fazer uma fala mais em tese do projeto como também pode citar e, de uma certa forma, convidar diretamente para o debate as pessoas que estão aqui. Parece-me que o Ver. Cecchim se utiliza dessa possibilidade, de citar os nomes...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Convido os vereadores a debater!

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Convida os vereadores, mas cita as pessoas que estão aqui. Então, a partir deste momento, Presidenta Mônica, se estabelece uma espécie de diálogo, alguns vereadores adotam isso como praxe. Sobem na tribuna e dizem “você que está ali, o de camisa tal”. Então, de uma certa forma, há um convite direto para o debate, para as pessoas que estão ali. Não estou aqui discordando, não costumo fazer isso, eu debato mais os projetos em tese, não tento fulanizar a discussão, mas parece-me que o que aconteceu foi isso. Nós sabemos que, num contexto da interpretação do que se fala, quando você diz “vocês que não trabalham”, a expressão, no Brasil, é a palavra vagabundo. Então, aqui, Ver. Cecchim, com todo respeito, houve uma discussão acalorada. Eu consigo interpretar assim. Não estou dizendo que não houve ofensa de parte a parte, só estou dizendo que foi um debate acalorado nesse sentido.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, vereadores e vereadoras, eu gostaria de dizer que escutei todos os registros, e, agora, deixo aqui bem claro e faço uma advertência aos senhores e senhoras, principalmente ao cidadão de

camisa cor de vinho: não aceitarei nenhum tipo de ofensa verbal. Se acontecer, agora, essa pessoa, ou qualquer outra, será retirada do plenário. Está avisado. Portanto, vou devolver o tempo ao Ver. Idenir Cecchim e registro, mais uma vez, que, a qualquer ofensa, agora será retirada a pessoa do plenário.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, para a gente colocar um fim no império falso do microfone de apartes: aqueles vereadores que têm a compreensão de que o exercício de manifestação do Ver. Cecchim é assegurado pelo Regimento, pela Constituição... Agora não pode o Ver. Sgarbossa vir aqui e se comportar como um juiz, simplesmente afirmando que o Ver. Cecchim teria dito alguma palavra ofensiva ao plenário. Não! Não disse isso. Nós temos que assegurar a sua palavra, para que nós possamos votar o projeto. Esse é o interesse de todos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para concluir.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Quero fazer um convite: vamos zerar. Quero dizer que me referi ao povo que estava lá fora. Mas, para o bom andamento, a palavra que falei no início, respeito, se vocês entenderam que eu ofendi, eu peço desculpas.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Jamais eu falei a palavra que me disseram aí. Eu disse: “ao povo que trabalha lá fora”. Estou representando aqueles que trabalham lá fora. Continuando, quero agradecer aos colegas vereadores pelos apartes e dizer que temos que ter respeito entre vereadores. Aliás, entre vereadores, às vezes, temos umas rugas mais fortes, mas não falta o respeito, e vocês, que são da plateia, também têm que nos respeitar. A minha opinião não é a mesma que a de vocês, certamente não é, e até agradeço a Deus todos os dias que não seja a mesma, mas quero ter o direito de dizer, quando o Ver. Robaina, Marcelo, quase todos da oposição, falam mentiras e inverdades. Quero dizer que quem começou com a grande mentira aqui foi o jogral que fizeram na frente do plenário, mentindo que se cobra ingresso, mentindo que vai se privatizar tudo. Não é isso! Nós temos a obrigação de dizer que não, que a mentira é propriedade, nesta Casa e neste projeto, da oposição, é propriedade daqueles que não querem a verdade.

Ganhar ou perder no plenário faz parte, eu não me importo se perder alguma emenda, vou votar de acordo com a minha consciência, de acordo com o que eu penso e de acordo com o que meus eleitores pensam. É isso o que eu faço. Quero dizer também que não me impressiono com gritarias, não me impressiono com ameaças, pois sou um homem livre, de bons costumes e vou permanecer assim, porque é assim que a população quer ver seus representantes, votando livremente, de acordo com a consciência de cada um. Vou fazer isso, voto de acordo com a consciência, e não vou

deixar de vir aqui na tribuna debater por ameaças e palavrões de quem quer que seja. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. Em votação nominal, por solicitação desta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Voto contrariamente, à Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 02/18, eis que, se essa for aprovada, prejudica a Emenda nº 04, que, a meu juízo, melhor regula a matéria.”

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente da Casa, colegas vereadores e vereadoras, de modo especial o público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Para mim, não foi surpresa essa votação anterior, porque os senhores perceberam que o governo, uma vez que constituiu maioria nesta Casa, não está observando o que o povo de Porto Alegre está pedindo, implorando. Ele está num olhar, eu diria, sem nenhuma qualificação do discurso empenhado lá na campanha, agora para efetivar na Câmara de Vereadores, na nossa Cidade. Não é por acaso que muitas emendas boas nós vamos perder, e eu apresentei mais uma emenda relacionada ao que eu coloquei na fala anterior sobre a questão dos conselhos, do conceito de consultar a comunidade, de fazer audiências públicas e que 35 anos é demais, é muito tempo. Então, estou apresentando uma outra emenda que fala em consultar a comunidade, quando o empresário ganhar a concessão, e em reduzir para cinco anos. Faço questão de ler a emenda para as senhoras e os senhores, colegas vereadores e vereadoras: (Lê.): “Emenda nº 03. Altera o art. 3º. O prazo de concessão será definido após apresentação e a aprovação do projeto de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento através de audiência pública com participação da população, não podendo exceder o limite máximo de 5 (cinco) anos”. Por que eu falo isso? Não é de graça. Recentemente, agora, no governo Fortunati, eu fui auxiliado por uma colega dos senhores, saiu uma pesquisa com relação ao uso do tempo livre, práticas culturais dos porto-alegrenses – em 2015. No governo Fortunati, ele fez uma pesquisa consultando a população sobre que tipo de atividades ou locais os cidadãos teriam preferência. Um total de 95,2% da população declarou: parques, praças e *shopping centers*; sendo 38% praças e parques. Os senhores sabem quais são? Parque da Redenção, Parque Marinha, Parque Humaitá, Parcão, Jardim Botânico. O que os senhores querem mais? Foram 38%, e mais de 92% disse

que, nos finais de semana, a família porto-alegrense prefere ir a praças e parques e, em alguns casos, *shoppings*, cinemas e assim por diante. Não é por acaso que, com a revitalização aqui da orla do Guaíba, os cidadãos se dirigem, nos dias lindos de sol, para praças, para parques e para a orla do Guaíba. Agora, imaginem os senhores, na revitalização da segunda etapa ou na melhoria do Parque da Redenção, vão fazer o cercamento e a cobrança do ingresso. Ora, nós queremos que, no caso, aqui, quando acontece nos bairros da Cidade, ali na Intercap, ali no Ararigboia, as pessoas do entorno possam consultar, porque vão passar a conhecer o projeto, e aí vão dizer, em audiência pública, se, de fato, concordam ou não com aquilo que será levado de melhorias propostas por aquela empresa que ganhar a concessão.

Então, nesse sentido, estamos pedindo que a Emenda nº 03 seja aprovada, dando a possibilidade que, após a concessão, seja consultada a comunidade para ver se aprova, então, em audiência pública, aquilo que está sendo levado e vendido, em tese, pela empresa, como melhorias e algo importante para a comunidade. Se a comunidade não for consultada, não é nada de interessante. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver.^a Mônica Leal, Presidente desta Casa, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, se eu achasse, por um segundo que fosse, que esse projeto prevê que se cobre algum valor para que pessoas, famílias, idosos e crianças tenham que pagar para entrar num parque ou numa praça de Porto Alegre, eu seria o primeiro a subir nesta tribuna para bombardear o processo.

Eu fui, com muita honra, e ninguém me tira, secretário de indústria e comércio – o Bertaco trabalhou comigo –, e instalamos várias feiras em praças de Porto Alegre; por exemplo, na Assunção, uma feirinha do artesanato. Regulamentamos, ali no Brique da Redenção, a feira dos orgânicos. Eu fui secretário de urbanismo de Porto Alegre, com muito orgulho, isso ninguém me tira, e insisti muito com o prefeito e com a EPTC, numa visão urbanística, que a avenida da orla de Porto Alegre, nos domingos, até o museu Iberê Camargo, fosse fechada, para que, numa mão, andassem só pessoas. Quando eu faço, como ontem, que vim com a minha família aqui para andar de bicicleta ou de *skate*, e vejo crianças andando de bicicleta e de *skate*, lembro que eu lutei contra esses que são contra tudo, que se amarravam nas árvores aqui do lado para que não houvesse a obra; eu vejo a orla Moacyr Scliar, mas quando o Jaime Lerner veio à Porto Alegre, recebeu ovo e tomate do IAB e de outros movimentos. Eu tenho orgulho das lutas que empreendi até agora! Orgulho!

Disse o Ver. Robaina que eu chamei a polícia, o choque, quando eu era presidente desta Casa, e esta Casa representa a democracia. A democracia, naquele momento, estava sendo atacada, os vereadores atacados. Se eu tivesse exacerbado um

centímetro da minha competência, existe ferramenta legal – abuso de autoridade é tipo penal. Se o vereador tivesse entrado na justiça contra mim, eu responderia. Pergunto: ele entrou na justiça? É claro que não. Ele fez alguma coisa? É claro que não, porque eu estava no absoluto e justo exercício das prerrogativas que a função exige, inclusive, do presidente. Exige para a preservação desta Casa e do direito das minorias, inclusive! Das minorias, inclusive!

Disse o vereador autor da emenda, no encaminhamento da anterior, da primeira, que ele tinha certa dificuldade de entender esse processo. O senhor disse. Eu até concordo; me parece que sim, Ver. Oliboni, porque só pode ser fruto da dificuldade de entender o projeto mudar, transmutar, alterar, adulterar a verdade da forma como tem sido alterada aqui. Eu quero dizer que me compadeço das pessoas que são induzidas a erro. A Emenda nº 04, minhas queridas senhoras, que estão participando aqui, de forma cidadã, da vida do Parlamento, que será a próxima que vamos votar aqui, do Ver. Moisés, diz o seguinte (Lê.): “Será vedada a cobrança para ingresso nos parques ou parques urbanos concedidos, sendo permitido, porém, que o edital de licitação e o contrato prevejam a possibilidade de cobrança por serviços ou atividades específicas”. É o que já tem hoje. Antigamente, aqui no Parque Marinha tinha um parque, um tobogã gigante, tinham outras atividades. Lá, no Parque da Redenção, tem o parquinho. É uma realidade que já ocorre hoje. Então, não tem nada de novo, e não tem em nenhum lugar aqui. Só que a emenda do Ver. Oliboni, de novo, por ter compreendido errado, ela é errada novamente, porque quem parte de uma premissa errada chega numa conclusão errada. Ver. Oliboni, o senhor está dizendo que “o prazo de concessão será definido após apresentação e aprovação do projeto de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento através de audiência pública com participação da população, não podendo exceder o limite de cinco anos”. Não é o senhor, não somos nós. Isso é caso a caso, tem que ser decidido. Eu compreendo, o senhor nunca foi secretário, não tem obrigação de saber, mas tem que ser feito um estudo de viabilidade econômico-financeira que vai definir o quanto que vai ser investido para se definir qual o prazo da concessão para se poder recuperar esse recurso. É simples. Então, quando V. Exa. quer aqui, equivocadamente, e com todo respeito digo isso, estabelecer esse limite de cinco anos, na verdade, não é isso que o senhor quer, o senhor quer sempre é estar bombardeando de alguma forma o processo para marcar uma posição política. Eu respeito, mas a posição política que o senhor está querendo marcar, inclusive, nos governos do seu partido que, quando teve que governar, teve que se encontrar com a realidade, e o PT, mesmo os sindicalistas que estão aqui podem querer discordar disso, privatizou, sim, privatizou muito, porque se apercebeu que esse discurso que faz uma vez para as suas plateias, na prática, ele muitas vezes não é viável, não é factível. E que, com boas regras, com clareza, com lei e com fiscalização, essas privatizações são boas, são positivas, porque muito pior é não ter um banheiro, é ter uma praça malcuidada, é não poder levar os nossos filhos naquele espaço, porque é um lixo, porque está abandonado porque não tem luz. Então, nesse aspecto, a concessão é positiva. Eu quero pedir que, para além de qualquer outra coisa,

a gente não se deixe iludir, não se deixe enganar por aqueles que só querem marcar uma posição política. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, eu sou daqueles que costumam escutar o que os outros falam. Como eu escutei o vereador que me precedeu, eu leio o § 3º do art. 2º (Lê.): “Fica autorizada a cobrança de ingresso pela concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos substanciais pelo concessionário”. Primeiro, pessimamente escrito: o que são investimentos substanciais? Eu pergunto: quem mente aqui? Está escrito, não adianta sapatear, não adianta insinuar que aqui tem gente desocupada. Em primeiro lugar, nós temos uma lei no País: até pouco tempo atrás, quem completava 85/95, tempo de idade mais tempo de contribuição, se aposentava, se aposentava! É que eles não querem que as pessoas se aposentem. O presidente do Congresso Nacional disse que podem trabalhar até os 80 anos, entendeu? As pessoas são da primeira fila, de quem está atrás eles não querem saber, são desrespeitosos. Deviam perguntar, ou só olhar para o rosto, para o semblante das pessoas, para saberem, mais ou menos, a idade delas. As pessoas podem estar trabalhando à noite, podem ser profissionais liberais, não, mas têm que ser escravo, têm que estar, às quatro horas da tarde, no batente, seja que batente for. Mesmo aqui no Rio Grande do Sul, agora foi denunciado, comprovado pelo Ministério do Trabalho: trabalho semelhante ao trabalho escravo. No Rio Grande do Sul! Sim, no Rio Grande do Sul. Então, gente, eles querem pegar um bem de uso comum do povo e querem colocar muros, cercas, querem conceder por 35 anos. Só as grandes autopistas que chegam a esse patamar de 35 anos. Acabamos de aprovar a Lei do Mobiliário Urbano. Sabem qual é o tempo da Lei do Mobiliário Urbano? Seis anos! E tem que pagar, não é? E alguns são caros. Por exemplo, botar uma...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Então, vereador, V. Exa. que pegue o projeto. São seis anos. Se por acaso eu errei, o senhor venha depois e me corrija, não fique me interrompendo. Não fique me interrompendo. (Palmas.) Eu fiquei sentadinho ali, bem quietinho, não interrompi. E digo mais: nós queremos que se coloque em vigor, porque parece que deletaram a lei das adoções. Eu brinco com o secretário Maurício, que está aqui, que nós precisamos lembrar: é boa a lei, secretário Maurício, V. Sa. sabe que a gente quer ajudar a Cidade, agora, tem gente que não deixa ajudar – esse é o problema! Tem mais: tem lugares que já têm equipamentos. Eu quero que funcione o café do Capitólio, o café da Praça Otávio Rocha, eu quero que volte o Café do Lago. Nenhum problema quanto a isso, alguém falou alguma coisa contra isso aqui? Ninguém

falou nada contra. Ninguém falou nada contra! Hoje, inclusive, nós temos a lei dos *food trucks*. Se fizerem um rodízio dos *food trucks* e se colocarem um lá, no final de semana, no Parque Alim Pedro, estará na pista de rolamento. Qual é o problema? Nenhum! Agora, nós lemos o projeto, nós conhecemos o projeto, é péssimo, votaremos contra. E digo mais: na próxima semana, no sábado e domingo, nós vamos colocar cores em todos os grandes parques e praças desta Cidade, do Canta Galo ao Recanto do Sabiá. O povo existe, às vezes, esse povo está na última fila, mas preguiçoso para caminhar, para correr, defender seus direitos, isso o povo não é. E é por isso que nós estamos aqui também, para defender o povo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, vereadores, vereadoras, público que nos acompanha aqui nas galerias, é sempre uma satisfação em ver esta Casa cheia quando a gente briga por aquilo que é justo e por aquilo que é nosso. Não é verdade? E é por isso que venho a esta tribuna, porque parece que alguns vereadores tentam desinformá-los ou convencê-los – vocês que estão nas galerias ou aqueles que nos assistem pela TVCâmara – de que o projeto não prevê a cobrança, está muito bem claro no § 3º, do art. 2º. E isso é que nos leva a chamar a atenção: não é que nós não entendemos a essa grande dificuldade que o Executivo tem, porque já fomos governo, em dar a manutenção em todas as praças. Uma cidade que se planejou e definiu reservar mais de 600 praças e parques, evidentemente que tem um custo para isso, e não é fácil a equação disso. Não é fácil para o Prefeito que está aí, que demonstra grande competência para resolver, não foi fácil para nós e não foi fácil para o PT quando governou. Administrar tudo isso, Ver. Airto Ferronato, gera um custo que a Cidade não tem produzido. Nós temos uma legislação que, embora não seja das melhores, tem dado bons resultados, porque, senão, a Encol não teria todo o investimento que tem hoje; o Parcão, com várias empresas que têm usado o espaço publicitário; assim como a orla, que foi totalmente revitalizada com recursos públicos, que há a exploração de comércio e há empresas, como é o caso da Uber, fazendo o processo de adoção e aportando recursos para que possa ser feita a manutenção.

Então, o que está sendo planejado aqui é que, para mim, Ver. Prof. Alex Fraga, este projeto, Ver. Cláudio Janta, tem endereço, CEP e localização no Waze: é o Parque Farroupilha! E não é só, Ver. Márcio, a autorização no § 3º, do art. 2º, mas são as totais garantias, através do art. 6º, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, para que o investidor não tenha nenhum risco. Leiam ali! Ele pode ganhar um edital com um investimento e depois fazer outros investimentos. Aliás, pode estar ali, sendo garantido para alguém ganhar uma licitação, e outro que teria a pretensão, não fazê-lo por achar que não é viável economicamente. É isso que está na lei, é por isso que iremos votar contra. A bancada do PDT é contra o projeto! Nós queremos discutir melhor. É importante que

haja a necessidade de fazer algum projeto, em algum espaço específico, e que venhamos a fazer. Eu me recordo que conheci o parque das águas em Lima, capital do Peru, em uma oportunidade, inclusive alguns vereadores já usaram com exemplo, belíssimo, turístico. Ora, se entendermos que em algum parque for possível e a sociedade aceitar, faremos uma discussão específica. Mas o que estamos aprovando aqui é um cheque em branco; nós não sabemos o exato, e nem o governo é capaz de defendê-lo, tanto não é que vereadores da base, constrangidos com o que estão votando, vêm aqui insistentemente dizer que o projeto não prevê cobrança em parques, o está muito claro no § 3º do art. 2º. (Palmas.)

É por isso que nós entendemos que este projeto não trará melhora alguma a nenhuma praça na periferia, não garantirá nenhum tipo de investimento para que possamos oferecer às nossas periferias um espaço com qualidade, que possa ser usado pelas famílias, pelas crianças, onde possa ser garantida a prática esportiva. Não, o projeto aqui tem endereço, tem CEP, tem localização no GPS, e o que querem entregar, o que querem garantir é que sejam feitos investimentos em um parque que tem uma festa belíssima, garantida pela associação, e é aberto ao público e gratuito. É por isso que iremos votar contra este projeto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu me inscrevi para trazer mais um dado que foi apresentado pelo Executivo aqui, na Câmara, no dia 7 de março, e o Executivo fez uma apresentação para justificar a necessidade deste projeto, mostrando o investimento que é feito anualmente de R\$ 6,3 milhões do orçamento público para a manutenção das praças e dos parques. Só que somente com o valor investido, neste ano, em publicidade da Prefeitura, os R\$ 34,9 milhões que foi votado aqui, nesta Casa, dava para quintuplicar o investimento nas praças e nos parques. E, com certeza, aqueles relatos apresentados pelo Ver. Conceição, no início da nossa sessão, poderiam ser evitados ou amenizados, e muito. Então, a gente retoma aqui essa discussão orçamentária para entender que toda essa justificativa da crise financeira e econômica são para legitimar as opções que este governo Marchezan vem fazendo, que é vender a nossa Cidade para quem tem dinheiro. E a população que já paga os seus impostos – uma população que paga muito imposto – vai ter que pagar até duas vezes mais para conseguir acessar espaços de esporte, de lazer e de cultura.

Eu me inscrevi para discutir a emenda do Ver. Oliboni, que é uma crítica ao prazo de concessão de até 35 anos. O que significam esses 35 anos? São oito eleições; são oito gestões; são processos democráticos de discussão de desenvolvimento da nossa Cidade, para onde se desenvolve, para quem se desenvolve, e essas concessões vão impedir que essa discussão democrática esteja presente dentro desses marcos eleitorais.

Então, entendemos que audiência pública é necessária, sim, e a redução do prazo de até cinco anos para que realmente consiga envolver – e não conseguimos fazer na votação deste projeto – a população sobre o que está sendo discutido em torno desses territórios que são ocupados pela população da cidade de Porto Alegre. Então, somos a favor desta emenda, nesse sentido, de garantir a democracia e a discussão durante essas concessões que estão sendo discutidas aqui para que a população tome parte e seja fator decisivo nessas implementações. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, colegas vereadoras e vereadores, eu vou repetir o que disse o vereador, meu colega de bancada, Ver. Valter Nagelstein, na abertura da sua última manifestação. Estivéssemos nós aqui apreciando um projeto que prevê a concessão de praças e parques na Cidade e nele tivesse a premissa principal da cobrança por utilização de espaços que são do público, que são de uso comum da população, são espaços do povo, certamente – e eu não tenho dúvida, Ver. Idenir Cecchim, que é o líder da nossa bancada -, teríamos posição contrária de imediato. Mas também vou repetir aqui o que nós falamos, quando iniciada a discussão sobre essa matéria, semana passada. A concessão de praças e parques é mais uma opção para além daquelas que já existem, ou seja, o investimento do recurso público, por si só, como já ocorre, a adoção que, diga-se de passagem, é importante ressaltar que, de um universo de mais de 650 praças e 9 parques existentes na Cidade, temos apenas 67 adotadas, é muito pouco. E o projeto de concessão de praças e parques não elimina, sob hipótese alguma, o incentivo para que novas áreas sejam adotadas e, por consequência, recebam benfeitorias, melhorias que possam ser utilizadas pela população. Então, a Emenda nº 04, da qual o Ver. Moisés é autor, torna claro aquilo que talvez o texto original não teve a capacidade, que é vedada a cobrança de ingresso. E é uma emenda de redação tão simples, porque ela não se preocupa em jogar para a torcida ou fazer proselitismo político em cima dessa matéria. Nós entendemos que a população tenha dúvida. Aliás, o benefício da dúvida sempre tem que ser oferecido quando surge alguma controvérsia no seio da sociedade e quando os parlamentares têm a responsabilidade por decisões importantes como essa. Pois concedido o benefício da dúvida, nós então acolhemos a dúvida. E o Ver. Moisés teve a sensibilidade de protocolar essa emenda para tornar transparente no texto do projeto que não haverá cobrança.

E aí vamos pegar o exemplo, e tem que ser esse exemplo, porque não há nada mais evidente do que ele, da orla do Guaíba. Bem lembrou aqui também o colega

Ver. Valter. Foi uma resistência enorme, na época, a contratação por notório saber do arquiteto Jaime Lerner, que desenvolveu o projeto dos três trechos. Pois hoje é a orla, no seu trecho um, que tem um público estimado de mais de 50 mil pessoas, por final de semana, frequentando. Aí eu pergunto: essas pessoas que frequentam a orla, em grande número no final de semana, elas deixam de assistir ao pôr do sol? Elas deixam de usufruir daquele espaço, deixam de levar seu chimarrão? Não. Foi contratado um recurso por meio de financiamento para custear essa obra, e ali estão instalados quatro bares e mais um restaurante que cobram pelo serviço que ofertam. Quem é que consegue conviver ainda com aquele monumento à incompetência lá no Parque da Redenção, chamado Café do Lago? E vocês sabem por que o Café do Lago fechou? Pelo menos vou dar as últimas duas razões: a penúltima foi porque o antigo permissionário ganhou a licitação e não teve capacidade econômica de levar a efeito a exigência do contrato; a segunda porque as últimas licitações deram desertas, ninguém se sentiu atraído, porque se sentiu inviável economicamente para investir lá. Mas isso não sabem. Isso não sabem! Por que ali na Praça Otávio Rocha, que é o local no Centro Histórico de Porto Alegre, o antigo permissionário do café da Praça Otávio Rocha quebrou? De tanto levar multa da SMAM, quebrou. E aí se tentou um novo permissionário, e mil dificuldades foram impostas. Nós não podemos cair no discurso que utiliza em alguns casos a má-fé ou a desinformação para demonizar um projeto que, como eu disse no início da minha fala, é uma opção adicional aos espaços públicos que são mantidos com recursos públicos e também incentivo à adoção por empresas ou – por que não? – por entidades da sociedade civil organizada que tenham capacidade econômica para isso, para manter.

E aqui, com a Emenda nº 04, nós estamos assegurando – encaminho em nome da bancada do MDB – o voto favorável, assegurando que não exista cobrança. Serviços específicos? Bom, para isso existem projetos básicos que vão subsidiar a abertura do processo de concessão, e a lei é clara: em até 35 anos – até! Isso é uma questão semântica que precisa ser melhor compreendida pelos colegas vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18, como autor.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos acompanham, eu sei que os vereadores já assistiram, mas como o público não estava presente, eu peço autorização da assessoria do Ver. Mauro Pinheiro para reproduzir um vídeo. Eu ouvi que vários vereadores e pessoas das galerias têm dúvidas sobre o projeto, que veem nas redes sociais propagandas sobre privatização. “Ah, esse é o projeto que vai privatizar as praças.”

Então, para que não fiquem dúvidas, de novo, vou esclarecer aqui com a ajuda da ex-presidente Dilma Rousseff, para vocês verem como não é um projeto de privatização.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Então, eu quero, mais uma vez, pedir para que lembrem as pessoas que estão mobilizando outras com falácias, mentiras, porque é fácil fazer uma adesão dizendo para a população: “Vamos privatizar”. Mas aí eu quero lembrar uma coisa aqui ao Ver. Adeli, que inclusive se manifestou contra uma emenda do Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Adeli foi gestor do Parque de Exposições Assis Brasil, que é um parque público que cobra ingresso para entrar quando tem os seus eventos. Vejam bem, olhem que interessante. “Ah, não, mas aí tem um cargo de um funcionário público, de um gestor, daí é legal, daí é bacana, daí é *show* de bola.” Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vou explicar algumas coisas. Eu tenho como princípio a boa-fé subjetiva, porque isso eu aprendi com o meu pai e minha mãe. No Direito, aprendi que qualquer contrato, qualquer relação tem de ter a boa-fé objetiva, cumprimento de dever. Então vou explicar sobre o Parque de Exposição Assis Brasil de Esteio. Quem colocou a parceria-público privada, na rua, para utilização de uma parte significativa do parque que estava à bangu, num matagal, fui eu. Quem não deu continuidade foi o governo do Sartori – essa é a questão –, cujo secretário era do PP. Eu não tenho nenhum problema, eu sou favorável às PPPs, nenhum problema. Era um espaço devoluto, um matagal, para botar um centro de eventos, para colocar educação, treinamento para o mundo do trabalho, qual é o problema? Botar investimento, 25 anos, é muita bufunfa que o sujeito tem de botar lá, muito dinheiro. Agora, o seguinte: parque e praças? Eu também li “até 35 anos”. Mas por que até 35 anos para parques e praças, convenhamos? Coloque um tempo razoável e começamos a discutir. Aqui não tem um bando de malucos que é da oposição. Quantos projetos nós votamos favoravelmente com o governo para fazer financiamento, Robaina? Alguém colocou contra? Não, não nos colocamos contra, ajudamos. Agora vocês apresentam um projeto pior do que o outro e querem que a gente vote. Não dá, gente, querem que a gente diga: “Faça o processo de continuação de adoção de praças e parques, que está dando certo, que sempre deu certo”. Sabem por que as pessoas não entram na licitação do Otávio Rocha? Porque o que estão pedindo, em cada licitação que fazem, é uma fortuna, e ninguém vai ser louco de botar dinheiro fora. Vocês não conhecem a economia da Cidade, esse é o problema. Eu não tenho nenhum problema em discutir qualquer tema com o atual governo. Eu já fui governo, vocês já citaram, fui do governo municipal, estadual, sou

vereador há muito tempo, não há problema nenhum em discutir esse tema com V. Exas. Agora, V. Exas. querem dar o filezinho *mignon* para dois ou três bacanas poderem explorar parques, fazer megaeventos? Imagina! Falei com o pessoal do mobiliário urbano: “Vocês não estão entendendo, estão todos os dias aqui na Casa discutindo mobiliário urbano, e querem um lugar mais visível de colocar uma marca?” Não precisa nem fazer publicidade, é só colocar a marca, pois são locais onde passam milhares de pessoas. Eu também, se fosse dessa marca, faria das tripas coração para ter uma concessão dessas. Isso é moleza! Isso não pode acontecer assim, e não vai acontecer assim. Não pensem as senhoras e os senhores da base do governo que estão aqui passando a patrula, fazendo chacota conosco, vocês podem ficar aí até a meia-noite, podem falar à vontade, não tem problema nenhum. Ficamos naquela segunda-feira até tarde da noite sendo achincalhado aqui. Quem é que não quer trabalhar? Quem abriu a sessão hoje, quem é que estava às duas horas da tarde aqui? Quem é que está aqui até agora e não está chiando? Nós ficaremos até meia-noite, não tem nenhum problema, agora vamos questionar todas as besteiras, todas as bobagens, todas as idiosincrasias, e, claro, este saco, este balaio de gato que vocês querem passar para a população dizendo que não vão privatizar. Tudo bem, vamos discutir a palavra “privatizar”, mas como eu já disse, vocês têm uma preferência e já decidiram que é a primeira fila que leva tudo, e da segunda até a última, não leva nada. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não tenho nenhuma procuração para defender o Ver. Adeli Sell, até porque, em vez de nós estarmos discutindo aqui o mérito deste projeto, está tendo aqui uma discussão ideológica. Agora, eu quero lembrar aqui que o Parque Assis Brasil não foi o Adeli, nem o governo do PT que inventaram ingresso lá. Todos os governadores cobraram ingresso, desde que criaram aquele parque lá. Em relação ao que os colegas falaram aqui, comparando a orla do Guaíba com este projeto de praças e parques, na realidade, não dá para fazer uma comparação, porque na orla do Guaíba houve uma adoção por parte da Uber. E que eu saiba, a Uber não cobra ali, é em troca de quê? Da marca Uber, que está bem grande ali naquela Rótula das Cuias. É claro, é cristalino que a orla está qualificada para os restaurantes que lá estão. Mas os restaurantes que lá estão pagaram por essa concessão à Prefeitura e pagam aluguel. Foram licitados, é uma concessão. A concessão foi licitada, e quem ganhou teve que pagar. Então, não dá para fazer comparação.

Eu quero dizer que vou nessa linha contra o que o PT e o PSOL têm afirmado aqui: que vão cobrar ingresso para entrar nos parques. Isso aí não vai acontecer, até porque não pode acontecer, qualquer um pode entrar no parque. Qualquer um, se eu quiser ir lá para a Redenção, sentar na Redenção, eu sento; se eu quiser ir ao

Parque Marinha, vou ao Marinha, sento no Marinha. Então, não vai ter cobrança de ingresso para entrar no parque. Então, essa emenda do Ver. Moisés é chover no molhado, dizer aqui (Lê.): “ § 3º, Será vedada a cobrança para ingresso nas praças ou parques urbanos concedidos, sendo permitidos...” Isso ai ninguém pode proibir, mas aí o Ver. Moisés colocou uma vírgula, e, como jornalista, eu gosto de olhar as vírgulas, porque as vírgulas modificam o sentido do que se quer dizer. Aí, depois da vírgula, diz (Lê.): “...porém, que o edital de licitação e o contrato prevejam a possibilidade de cobrança por serviços ou atividades específicas”. O que já se cobra hoje, vou repetir: o parquinho, trezinho – se cobra! Agora, eu, que frequento, diariamente, a Redenção, vejo lá dezenas de atletas usando a pista para se exercitar. E se a empresa que ganhar a concessão resolver tirar o carvão e botar uma pista de borracha? Os senhores e as senhoras sabem quanto custa uma pista de borracha? Não custa menos do que R\$ 5 milhões. Aí coloca lá a pista de R\$ 5 milhões; como esse investimento substancial vai retornar para o bolso do investidor? É óbvio que as pessoas vão ter que pagar para usar a pista. Se botar uma grama sintética no campo?

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Custa, Mauro! Nós não podemos deixar de discutir e prever isso. Pode, quem ganhou a concessão do parque, botar a grama sintética, ou não pode? Pode botar! Como ele vai readquirir o investimento substancial? Alguém vai ter que pagar isso.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Mas o que é substancial, meu amigo Mauro Pinheiro? Cem mil, 200 mil, 5 milhões ou 5 mil? Nós não sabemos!
Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Prezados colegas vereadores e vereadoras, há um ditado popular, Ver. João Bosco Vaz, que diz que o peixe morre pela boca. Essa emenda do colega Moisés Barboza é a própria! Se ele está dizendo aqui que será vedada a cobrança para ingresso nas praças e parques, é porque o projeto permite que possa ser cobrado ingresso nas praças e parques. Então, primeiro, queria dizer isso, Ver. Adeli, que comprova aquilo que nós já

dizíamos desde o início, Ver. Ferronato: o projeto privatiza e cobra. E sobre as concessões? Aí, eu peço permissão aqui ao nosso líder do PSOL e à sua bancada para aproveitar este minuto e dizer o seguinte: a presidente Dilma foi derrubada com um golpe, não tem nada que prove que ela cometeu algum crime; então, nós podemos vir aqui defendê-la e apresentar. Agora, quem deu o golpe, não pode vir aqui se utilizar dessa postura; golpista não pode vir aqui defender um princípio que nós implantamos no País. Nós somos a favor das concessões, sim, mas, neste caso – estão ali as professoras da arquitetura, prezados colegas vereadores –, está escrito no Plano Diretor: praças e parques são espaços abertos. Os princípios da Cidade dizem que esses espaços são de utilização pública. É isso o que está em discussão.

Quero dizer que este projeto vai dar muito debate na Cidade. Não vão pensar que, aprovando aqui de roldão, ele vai ser implantado. Não! Ainda tem a discussão constitucional, e, como já foi dito pelo nosso líder da oposição, o Robaina, passou sem nenhuma discussão aqui pelas comissões que poderiam analisar e apontar inconstitucionalidade dele. Outra questão aqui: aos colegas liberais aqui, quero dizer que nós somos a favor da concessão; não somos contrários ao princípio da concessão. Se o governo apresentar aqui um projeto de concessão do transporte público de catamarã para as ilhas, para a Zona Sul, nós apoiaremos e votaremos favorável; se o governo apresentar um projeto de concessão para montar uma usina de calça, para utilizar todas as sobras da construção civil, que é jogada em tudo que é canto da Cidade, nós apoiaremos; se o governo apresentar aqui um projeto de concessão para reformular, reinstalar e reconstruir um veículo leve sobre trilhos para colocar o transporte público de qualidade na Cidade, nós apoiaremos. Agora, querer pegar o parque Farroupilha, o parque Marinha, o parque do Gaúcho, o Tesourinha, os espaços sociais que são da população utilizar, e querer cercar, cobrar ingresso, por 35 anos! Nós estamos tratando aqui de uma questão moral da Cidade!

Este projeto é um projeto que não apresenta nenhuma moral de cidadania, ele destrói a relação de cidadania, que é fazer com que as pessoas utilizem os espaços públicos da Cidade, e os espaços abertos. No Plano Diretor está dito: praças e parques são espaços abertos da Cidade. Espaço aberto é isso, é para utilização universal, é para a convivência da cidadania, é para o espetáculo da vivência em comum; e não para aqueles que têm dinheiro poder utilizar. E quero dizer mais: nós não somos contrários ao Café do Lago ser uma concessão e que ele cobre, não somos contrários a isso. Ali na Redenção tem o parquinho, a roda gigante, em que as pessoas pagam ingressos – quanto a isso não temos dúvida!

Eu concluo dizendo que não dá para querer desconstituir a cidadania da Cidade em nome de uma falsa concessão, que no fundo é uma privatização dos espaços abertos da Cidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18, como autor do destaque.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Pujol. A Emenda nº 04 é a emenda que o governo tem utilizado, na sua fala pública, para dizer que o projeto está corrigido, que, aprovada a Emenda nº 04, está tudo bem, as nossas críticas não teriam sentido. Pois bem, vamos pegar a Emenda nº 04, ela diz: “Será vedada a cobrança para ingresso nos parques ou parques urbanos concedidos, sendo permitido, porém, que o edital de licitação e o contrato prevejam a possibilidade de cobrança por serviços ou atividades específicas”. Ou seja, quais serviços e quais atividades? Claro, diz que vai ser no contrato e no edital. Quando eu subi na tribuna anteriormente, estava lembrando aqui que, se você possibilita a cobrança por atividades ou serviços específicos, você pode estar falando em cerceamento dos espaços das praças e parques. Aqui todo mundo só lembra da Redenção, mas podemos falar de praças e parques ou de praças menores, se você oferecer dois ou três serviços em que haja necessidade, como um campo de futebol, como um passeio de bicicleta elétrica, ou seja, dois serviços oferecidos em que vão abranger uma área da praça ou do parque, essa área será cobrada para a utilização desse serviço. Portanto, há, sim, uma restrição ao acesso das pessoas em pelo menos parte do parque ou da praça.

O Ver. Bosco subiu aqui e falou do tema da orla. Ninguém está falando aqui sobre a questão de que nós já temos uma lei, de 2009, do prefeito Fogaça, que revogou uma lei de 1986, que trata da adoção das praças e parques. Nessa lei está lá bem claro: “como forma de adoção, a adotante poderá optar pelo financiamento dos custos de instalação, conservação e manutenção de novos instrumentos de lazer e cultura em equipamentos públicos ou verdes complementares”. Ou seja, se a população está preocupada – e está - com a falta de manutenção em algumas praças e parques ou em muitas praças e parques da Cidade, o instrumento da adoção prevê isso: a manutenção, a limpeza, mas claro que o poder público tem que cumprir o seu papel. Então, das 667 praças que temos em Porto Alegre, se não me falha o número, em torno de 60 já têm o seu adotante. Então, é questão de fiscalizar e ver se o adotante que está lá explorando comercialmente pode colocar uma placa, a lei inclusive determina o tamanho da placa, se ele está cumprindo com as suas obrigações que assinou no momento em que se tornou adotante daquela praça ou daquele parque. Vejam, esse argumento que tenho colocado, acabei de falar do fato de já existir uma política pública, que é a adoção das praças e parques, não consegui colocar isso e perguntar para os interlocutores do governo: por que ter uma outra lei? Não respondem. Falam tanto, acabaram de falar da orla, pois bem, a orla, como disse o Ver. Bosco, foi adotada pela Uber. A grande pergunta que fica é: qual é, efetivamente, o interesse do governo? Por quem foi procurado? Está fazendo uma lei, quando já existe a lei das adoções das praças e parques, para atender o quê? Seria importante, não há nenhum juízo de valor, que viessem aqui e dissessem: “Olha, fomos procurados por um determinado segmento econômico, ou por alguma associação da sociedade civil que quer fazer determinada

obra em determinado parque ou praça”. Bem, aí iríamos discutir tema por tema. Como se falou aqui, não somos contrários. Se os serviços são oferecidos, como é o caso do parquinho da Redenção, citado inúmeras vezes, é óbvio que tem que ser cobrado. Mas o governo quer uma carta em branco, que não se sabe para quê, sendo que já existe a lei de adoção das praças e parques. Fica o nosso convite para analisar. É uma emenda que parece salvar o projeto, mas, na verdade, autoriza a cobrança pelos serviços que especifica. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; esta emenda do Ver. Moisés é uma emenda que tira, e nesse sentido é positiva, de fato, um risco absurdo, mas um risco, que consta no projeto, que é o risco da cobrança de ingresso sobre parque e praças. É grave, porque o risco que o projeto tem desse ponto de vista... Por isso nós afirmamos que é verdadeira a denúncia que nós temos feito de que o projeto autoriza a cobrança e tira o público das praças e dos parques, como risco, porque esse projeto se soma a uma emenda que foi feita pelo Ver. Mendes que, aparentemente, não tem nenhuma relação com esse projeto, mas se nós olharmos profundamente, ela pode ter, porque a emenda do Ver. Mendes prevê o cercamento. E se tu combinas, portanto, um projeto de lei que define que vai haver cobrança de ingressos, tu defines, em primeiro lugar, a concessão para todo parque e para toda praça. Isso é que está na lei. Tu defines que vai ter cobrança de ingresso, daí, depois, tu tens uma emenda de um vereador da base do governo que prevê o cercamento dos parques e das praças, qual é a conclusão que tu tiras? A conclusão que tu tiras é que estão fazendo um plano de privatização ou, pelo menos, um plano de afastar os pobres das praças e dos parques; ou dos parques e das praças escolhidas por eles para fazer os negócios dos grandes capitalistas, ou dos pequenos capitalistas que querem fazer investimentos a partir de acordos pontuais com o governo, discutindo, depois, como é que vão ser as licitações de cada um dos empreendimentos. Então, a emenda, nesse sentido, evita, corrige esse absurdo. Agora, o que o Sgarbossa falava também é verdadeiro, é uma emenda que não corrige um problema gravíssimo desse projeto, que é o seguinte: na medida em que se faz uma entrega, uma concessão do conjunto do parque, da totalidade do parque ou da praça, e se define que pode haver cobranças de ingressos para determinados serviços, é preciso saber qual é, por exemplo, o percentual ocupado por esses investimentos, por esses serviços, num parque, porque, do contrário, nós vamos ter uma Redenção... Como é que nós vamos controlar? Quantos por cento da Redenção vai ser absolutamente público, para que todos possam circular, e quantos por cento da Redenção vai estar nas mãos dessa empresa que vai poder controlar e fazer um fatiamento da Redenção? É um

projeto que prevê essa possibilidade, e a emenda do Moisés autoriza, avaliza essa lógica, que é uma lógica de ocupação privada de parques e praças sem o efetivo planejamento público. É preciso planejar, o governo não quer planejar, e ele não quer planejar porque ele quer o cheque em branco da Câmara, e, com o cheque em branco da Câmara, o governo tem autorização para abrir um balcão de negócios. E eu não falo aqui em termos pejorativos, falo, efetivamente, um balcão de negócios para as secretarias discutirem com alguns empreendimentos privados como é que eles vão fazer para ocupar os parques e praças públicas. Quando, na verdade, o que nós necessitamos é a ocupação desses parques e dessas praças pelo povo e o mínimo de investimento público nessas praças, que estão abandonadas por um governo incompetente, que não pensa nos pobres e só pensa em alguns capitalistas que estão pensando em ver como tiram lucro dos nossos parques e das nossas praças. Eles falam em 6 milhões, como se fosse uma fortuna 6 milhões, pois 6 milhões é, sim, necessário investir nos nossos parques e nas nossas praças. E a ideia de fazer com que os serviços não possam ser usufruídos pelo povo pobre, é uma ideia elitista de cidade, é uma ideia que exclui o pobre, que exclui o trabalhador, e é assim que vocês governam. O governo que dá as costas para o Rubem Berta, para a Restinga, para a Lomba do Pinheiro, para todos os bairros pobres, um governo elitista, reacionário que só pensa numa lógica de empreendimentos sem pensar no povo e na cidade de Porto Alegre.

Por isso que essa emenda é uma emenda que deve ser, na nossa opinião, rejeitada no sentido de aceitar que ela seja implementada, mas como prova do governo e não com o nosso aval, como oposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu venho aqui para apoiar a emenda do Ver. Moisés Barboza. Como falei ao Ver. Aldacir Oliboni, eu não apoiei a sua emenda, porque ela já previa a concessão após cinco anos, dando um prazo para quem utilizasse.

Nós sabemos que leva, mais ou menos, um ano e meio para as pessoas conseguirem licença, ainda mais para instalar um parque. Eu concordo com o Ver. Mauro Zacher e outros, quando falam que nós poderíamos resolver o problema do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, instalando ali um centro de eventos, um parque do gaúcho, seja lá o que for.

Agora, eu quero fazer um raciocínio aqui, com os colegas vereadores, principalmente, com o secretário Maurício que não quer discutir as emendas dos vereadores nesta tarde, principalmente as emendas que mantêm os aparelhos públicos e a acessibilidade nos parques. Vou pegar o exemplo de três praças, parques da nossa Cidade: a Praça Júlio de Castilhos, aqui perto das ruas Mostardeiro, 24 de Outubro,

Ramiro Barcelos, Independência, uma praça bem conservada, iluminada, onde as pessoas podem ir à noite; o Parcão, que está bem conservado, bem iluminado, com melhorias feitas; e a Praça da Encol, que também tem até cancha de futevôlei, de tênis, uma série de coisas. Essas três praças são adotadas pelas empresas Zaffari, Hospital Moinhos de Vento, Melnick. Em compensação temos o Parque Marechal Mascarenhas de Moraes, no Humaitá; o Parque Chico Mendes, lá em cima na Av. Protásio Alves; a Praça México, no Leopoldina; a Esplanada da Restinga e a Parque Professor Gaelzer, na Tristeza. Nessas praças, nesses aparelhos públicos não foi lá nenhuma empresa para adotar, como o Zaffari, Hospital Moinhos de Vento, Melnick, ou seja lá quem for, a Tenda, Nacional, Walmart, ninguém foi adotar essas praças, porque não há o interesse em estar na periferia. Bom, se nós aprovarmos este projeto sem as emendas, vamos continuar vendo as praças tipo o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, a Redenção, tendo investimento maciço, com interesse das grandes empresas. E vamos continuar vendo o que o Ver. Cláudio Conceição mostrou aqui, a praça lá do Morro da Cruz sem os aparelhos para os nossos filhos, a praça lá no Jardim Itu/Sabará sem acessibilidade, Ver. Cecchim, para as pessoas com deficiência. Então, quando a secretaria diz que não pode aprovar emenda que garante acessibilidade para as pessoas, que garante dignidade para as pessoas com deficiência, ela está dizendo que realmente este projeto não é bom, que este projeto realmente não pode ser aprovado por esta Casa. E outra coisa que vou lembrar aqui: em junho de 2017, eu aprovei um indicativo para o governo para fazer um plebiscito sobre cercamento de todas as praças da Cidade. Então, eu quero dizer que, se este projeto não permite que a população participe – porque não fez audiência pública –, nós estamos dando uma carta branca para a SMAMS, para quem cuida das praças de Porto Alegre, sem garantia nenhuma que o parque Marechal Mascarenhas de Moraes, que o parque Chico Mendes, que as praças México, Esplanada e demais praças da cidade de Porto Alegre terão o acesso das pessoas e principalmente que essas praças... Eu pego, agora, um parque aqui em Porto Alegre, para encerrar, que é o Parque Germânia, que é um parque fechado, que foi entregue pela iniciativa privada à população de Porto Alegre e que lá, nesse parque, não há rotas acessíveis, lá nesse parque as crianças e as pessoas com deficiência não podem sequer chegar no laguinho para ver os peixes e as tartarugas que lá se encontram. Por isso que nós queremos acessibilidade com a nossa emenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara e das galerias. Eu fiz questão de vir encaminhar esta emenda de autoria do colega Ver. Moisés Barboza porque, nesta tarde, ainda não tinha vindo à tribuna,

mas escutei diversas manifestações, Ver. João Bosco, de que o governo não conversa, que não dialoga, que não está claro que não vai poder cobrar ingresso para ingressar nas praças e nos parques. E aí quando tem uma emenda que ajuda a esclarecer, porque isso já dizia no projeto, eu diria até que o objeto desta emenda já tem no projeto, Ver. Adeli Sell, mas como muitos vereadores, Ver. Idenir Cecchim, que, na verdade, são contra e vão ser contra até o final. São contra e vão ser contra até o final, talvez, porque não tenham tido a ideia; talvez, porque não estejam governando na hora apropriada para tomar esse tipo de medida, mas vão continuar sendo contra. Mas o Ver. Moisés, então, ajudou na redação para que ficasse mais claro, algo que já dizia, Ver. Rafão, no projeto. Mas aí continua não servindo! Ou mais: “Viu só como o governo tinha a ideia de cobrar?” Tanto que tem uma emenda do vice-líder, então, corrigindo, Ver. Mauro. Não é verdade, o projeto já dizia que não seria permitida cobrança nas praças e parques e, sim, nos serviços que forem utilizados. Estão se revezando aqui, Ver. Hamilton, nesta tarde, diversos vereadores, dando o exemplo, sim, do parquinho da Redenção, do pedálinho, que hoje são serviços que vão para o caixa único do Município, porque não existe uma legislação que estabeleça que o conjunto dos recursos gerado por aquela atividade naquele parque, naquela praça possa ser investido nesses locais ou até em outro parque e em outra praça na periferia ou em outros lugares da nossa Cidade.

Portanto, eu aqui quero encaminhar, em nome da bancada do PTB, pela aprovação dessa emenda. Acho que no texto legal já estava dizendo que não se pode cobrar, até porque seria um absurdo. Imagina só se tivesse alguma legislação... Nós temos mais de 500 praças em Porto Alegre, imagina que agora em todas as praças para poder ingressar vai ter que se cobrar? É uma irrealidade, é lógico que é fora de qualquer contexto. Mas como alguns ainda batiam que isso era uma coisa possível, está aqui a emenda do Ver. Moisés Barboza, a Emenda de nº 04, que deixa isso muito mais claro, esclarece aquilo que já dizia no projeto. Então, portanto, a bancada do PTB vai votar favoravelmente à Emenda nº 04.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, quero aqui, em nome da minha bancada, dizer que nós vamos apoiar essa emenda. Ouvi aqui muitas discussões, natural de um plenário, natural de um projeto que não deixa de ser polêmico em alguns aspectos, mas agora os ânimos já estão mais tranquilos. Eu entendo que esta emenda é muito importante para que possamos dirimir as dúvidas. Eu tenho certeza de que todos vão votar “sim” por essa emenda, porque ela vem corrigir alguma eventualidade que não ficar bem claro, aquilo que eu tenho certeza de que a maioria quer. E, se a maioria vai votar por esta emenda, é porque nós queremos, sim, mudar o projeto, e vamos mudar o projeto.

Sobre esta questão de analisar a Cidade, eu quero ser bem sincero com vocês, Robaina, escute o que eu vou falar: a Cidade está abandonada, isso nós não podemos esconder. A Cidade está abandonada, eu estou preocupado, como toda a população está, e ela não tem mais condições de até o pleito, temos que ser sinceros, melhorar. Mas eu acho que, se o próximo prefeito quiser, pode muito bem mandar um projeto para esta Casa modificando o que nós decidirmos aqui. Nós ficamos com o compromisso, caso for aprovada – que eu acho que vai ser aprovado por maioria –, o prefeito posterior pode muito bem mandar o projeto para cá, se ele não gostar, se muitas coisas não ficarem bem claras e aquilo que nós gostaríamos que fosse, e modificá-lo, com a nossa aprovação novamente, não por decreto.

Então, até nisso temos prerrogativa. As coisas serão corrigidas. Agora, aqui sempre tem: “Ah, mas se...”. Não podemos lidar na base do “se”, gente. As praças estão abandonadas, aqui eu vejo as pessoas falarem do Tesourinha. O Tesourinha é um circo à parte, ou seja, com todos os seus problemas é bem cuidado, tem que preservar. A senhora cuida muito bem da associação, que eu sei, e nós damos força, e tem que dar força. O Tamandaré, uma associação muito boa que cuida muito bem, tem que ser prestigiada, tem que entrar nessa avaliação, sim. O Ararigbóia também. Fala-se no filezinho, mas não se fala no resto da Cidade, que está abandonada, porque estão longe do Centro, porque estão nas periferias. Esse pessoal que muitas vezes vêm para a orla, para a João Alfredo, para a Redenção, se tiver estrutura lá, meus vereadores, vereadoras, eles ficam lá na sua região. E lá é que tem que ser feitos os eventos, é lá que tem que fazer a cultura, o esporte, o lazer para o jovem, para o mais velho, enfim. Tem que fortalecer, não tem outra saída. E as emendas vêm corrigir algo que, por ventura, não fique bem esclarecido para a população.

Então a nossa bancada vai votar favoravelmente porque acredita que alguma coisa tem que ser feita. Porque eu volto a frisar, as pessoas não gostam do que eu estou dizendo: a Cidade está abandonada! E eu não vejo, a curto e médio prazo, uma possibilidade de melhorar esse ambiente que está na Cidade, mas ninguém pode dizer que nós não estamos ajudando. Nós votamos aqui mais de 80% dos projetos do Executivo. Claro que tem alguns mais importantes que nós não votamos, por exemplo, eu não voto aumento de imposto de IPTU. Eu não voto, isso é uma coisa minha, nunca votei aumento de imposto na Assembleia, nem aqui, nem vou votar, que procure outros votos. Mas, neste caso, nas circunstâncias em que a Cidade está, eu volto a frisar, se o prefeito posterior - porque no ano que vem tem eleição, nem sei quem vai ganhar, mas cada um pensa e administra com a sua possibilidade e da sua forma -, se ele entender que deve modificar novamente, enviando para a Câmara, nós vamos estudar. Nós temos prerrogativas, através de lei. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/18.

(Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**, 02 votos **NÃO** e 06 **ABSTENÇÕES**. Fica prejudicada a Emenda nº 15.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Osvaldo Ferreira dos Reis.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Vinícius Cervo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Justifico o voto “não” por entender, enquanto uma vereadora do PSOL, que as concessões, terceirizações e PPPs, explicitamente, não corroboram o projeto de soberania do povo brasileiro frente às empresas, sobretudo às multinacionais. Um dos grandes equívocos do PT, da gestão do PT, foi amenizar esse tipo de parceria para participação desse setor, que em nada contribui, de fato, para uma boa gestão do público a partir dos nossos impostos.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Peço que encaminhe à Mesa o inteiro teor de sua declaração, afim de que seja registrada nos anais, conforme determina o Regimento.

Apregoo o PLL nº 041/19, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h15min.)

* * * * *